



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVÍNCIA DE NAMPULA
GOVERNO DO DISTRITO DE ILHA DE MOÇAMBIQUE

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL 2010 – 2014



Capela de Nossa senhora do Baluarte



Peixe da Ilha – vector DEL



Turismo - vector DEL



Sal – vector DEL

(Elaborado em 2009)
(Actualizado com a inserção da abordagem DEL, em Abril de 2012)



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PROVÍNCIA DE NAMPULA

GOVERNO DO DISTRITO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL
(COM ABORDAGEM DEL INCLUIDA EM ABRIL DE 2012)**

“2010-2014”

APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO DISTRITAL EM 2009

ÍNDICE

i.	Lista de Abreviaturas.....	8
ii.	PREFÁCIO.....	9
iii.	Ficha técnica.....	10
iv.	INTODUÇÃO.....	11
v.	METODOLOGIAS E FONTES.....	13
	Contexto.....	13
I.	DIAGNÓSTICO.....	14
1.1	GENERALIDADES DA CIDADE DA ILHA DE MOÇAMBIQUE.....	14
1.1.1	Localização Geográfica.....	14
1.2	Divisão administrativa.....	14
1.3.	Clima.....	14
1.4.	Vegetação.....	14
1.5.	Geologia.....	14
1.6.	Rede hidrográfica.....	15
1.7.	Breve historial da origem do nome da Ilha de Moçambique.....	15
1.8.	População.....	16
1.8.1.	Organização Socio-Política e Administrativa da População.....	16
1.8.2.	Organização Política e Administrativa.....	17
1.9.	Infra-estruturas socioeconómicas da Cidade da Ilha.....	18
1.9.1.	Estradas.....	18
1.9.2.	Comunicação.....	18
	Rádio, Televisão e Transporte.....	18
	Energia.....	19
	Bombas de combustível.....	19
	Bancos.....	19
1.10.	ACTIVIDADES ECONÓMICAS.....	20
1.10.1	Identificação de Potencialidades do Distrito.....	20
1.10.2	Evolução da produção (2005/2009).....	21
	Taxas de Crescimento no Período 2005/2009.....	21

Representação Gráfica do Diagnostico de Produção.....	22
Pescas.....	24
Turismo.....	25
Sal.....	27
Agricultura.....	27
a. Produção agrícola.....	27
Produção Pecuária.....	29
Extensão rural.....	30
1.10.3 Comércio.....	31
1.10.4 Indústria.....	32
1.10.5 Meio Ambiente.....	33
1.10.6 Saneamento do meio ambiente.....	33
1.11. SECTORES SOCIAIS.....	34
1.11.1. Saúde, Mulher e Acção Social.....	34
1.11.2. Educação Juventude e Tecnologia.....	35
Alfabetização e educação de adultos (AEA)	36
Centros.....	36
1.11.3. Património.....	36
Museus, Monumentos, e Lugares Históricos.....	36
Situação actual do património cultural.....	36
1.12. SECTOR DE INFRA ESTRUTURAS.....	37
1.12.2. Estradas e Pontes.....	38
1.13. PROBLEMAS E POTENCIALIDADES.....	39
1.13.1. Sectores Económicos.....	39
Turismo.....	39
Agricultura.....	40
Pescas.....	40
1.13.2. Sectores Sociais.....	41
Educação, Juventude e Tecnologia.....	41
Saúde.....	41
1.13.3. Infra-estruturas.....	41
Água.....	41
Estradas e Pontes.....	42
1.13.4 Mulher e Acção Social.....	42

1.13.5 Património Cultural.....	42
II. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO.....	43
2.1 Visão.....	43
2.2 Objectivos.....	43
2.3 Cenários de Desenvolvimento.....	43
2.3.1 Cenário 0.....	44
Representação Gráfica do “Cenário 0”.....	45
2.3.2 Cenário “1”.....	46
Gráficos do Cenário “1”.....	48
2.4 VECTORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL.....	50
2.4.1 Peixe e Mariscos.....	50
CADEIA DE VALOR DE PEIXE E MARISCOS.....	50
Plano de Acção, vector peixe e marisco.....	52
2.4.2. Vector Turismo.....	53
CADEIA DE VALOR DO TURISMO.....	53
Plano de Acção, vector Turismo.....	54
2.4.3 Vector Sal.....	56
CADEIA DE VALOR DE SAL.....	57
Plano de Acção, vector Sal.....	57
III. PROGRAMA DE ACCÇÕES.....	59
3.1 IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NO TERRITÓRIO.....	59
3.1.1. Estratégia.....	59
3.2. Processos Fundamentais de Implementação da estratégia.....	60
3.2.2. Identificação das Acções Prioritárias.....	60
3.3. O Papel dos Actores de Desenvolvimento.....	60
3.3.1. Papel do Estado e das Autoridades Tradicionais.....	60
Financiamento da Estratégia.....	60
3.3.2. O Papel da Autarquia Local.....	60
3.3.3. O Papel do Sector Privado.....	61
3.4. Principais Actividades Sectoriais a serem desenvolvidas.....	61
3.4.1. Área de Educação, Juventude e Tecnologia.....	61
Educação.....	61
Juventude.....	62

Desporto.....	62
Cultura.....	62
3.5. Saúde mulher e acção social.....	62
3.5.1. Saúde.....	62
3.5.2. Mulher.....	62
3.5.3. Acção social.....	63
3.6. Abastecimento de água, Saneamento e habitação.....	63
3.6.1. Abastecimento de água.....	63
3.6.2. Saneamento do meio.....	63
3.6.3. Infra-estruturas e Habitação.....	63
3.7. Turismo.	64
3.7.1. Área de alojamento e restauração.....	64
3.7.2. Área de Lazer.....	64
3.7.3. Promoção e conservação.....	64
3.7.4. Sector de Património.....	64
3.8. Actividades Económicas.....	65
3.8.1. Agricultura.....	65
3.8.2 Pecuária.....	65
3.8.3. Pesca.....	65
3.8.4. Indústria.....	65
3.8.5. Comércio.....	66
3.8.6. Transportes.....	66
3.8.7. Energia.....	66
3.8.8. Estradas e Pontes.....	66
3.8.9. Outras Infra-Estruturas.....	66
3.9. Ordem e Segurança Pública.....	66
3.10. Monitoria e Avaliação.....	67
3.12. PROCESSO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO.....	67

IV. PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO69

ANEXOS: PILARES DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO LOCAL.....71

i. Lista de Abreviaturas

ADELNA - Agência de Desenvolvimento Económico Local de Nampula

ART – PAPDEL - Articulação as Redes Territoriais e Temáticas – Programa de Apoio ao Processo de

Desenvolvimento Económico Local

CCL -Conselhos Consultivos Locais

CMC- Centros Multimédia Comunitários

DEL - Desenvolvimento Económico Local

DPA- Direcção Provincial da Agricultura

DPCAA - Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental

DPDR - Departamento de Promoção de Desenvolvimento Rural

DPO - Departamento de Planificação e Orçamento

DPOH - Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação

DPPF- Direcção Provincial de Plano e Finanças

EDR - Estratégia de Desenvolvimento Rural

EPAP - Equipa Provincial de Apoio à Planificação

ETD - Equipa Técnica Distrital

FDD – fundo Distrital de Investimento (7 milhões)

GTD – DEL - Grupo de Trabalho Distrital de Desenvolvimento Económico Local

INEFP - Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

IPEME - Instituto Pequenas e Médias Empresas

MERA - Micro Empresa Rural Associativa

OSC - Organizações da Sociedade Civil

SDEJC - Serviços Distritais de Educação Juventude e Cultura

SDAE- Serviço Distrital de Actividades Económicas

ONG-Organizações Não Governamentais

PNPFD-Programa Nacional de Planificação e Finanças Distritais

PEDD- Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital

PEP – Plano Estratégico Provincial

PESOD - Plano Económico Social e Orçamento Distrital

ii. PREFÁCIO

O presente plano constitui um instrumento de planificação estratégica elaborado pelo Governo do Distrito da Ilha de Moçambique em colaboração com a Sociedade Civil, Conselho Municipal e visa promover e apoiar iniciativas locais de desenvolvimento num horizonte temporal de cinco anos, compreendendo o quinquénio 2010-2014.

Este documento enquadra-se no plano Quinquenal do Governo e no PARPA II e tem como visão, a melhoria das condições de vida das populações, que resultarão do desenvolvimento socio-económico da Cidade e a criação de fontes geradoras de rendimento. Este facto constitui um desafio, porque a maior parte da população, tem as suas economias assentes nas actividades de subsistência como: o turismo, a produção de sal, pesca, agricultura e criação de animais de pequena espécie.

É neste contexto que pela primeira vez, o Governo da Cidade elaborou o presente Plano Estratégico de Desenvolvimento, que servirá de orientação para a implementação de acções de desenvolvimento em tempo e espaço predeterminados.

A responsabilidade de compilação do PEDD, coube ao Conselho Técnico Distrital de Planificação apoiando-se na assistência Técnica do Conselho Técnico Provincial no âmbito do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas-PNPF, ADELNA e o Programa de Apoio ao Processo de Desenvolvimento Económico Local ART-PAPDEL.

A concretização dos objectivos traçados neste plano, só será possível com as sinergias de diferentes actores da sociedade, por isso, exortamos a todos intervenientes de forma a participarem na sua implementação.

O ADMINISTRADOR,

ANTÓNIO SAUL

iii. Ficha técnica

Conselho Técnico Distrital de Planificação/GTD-DEL Ilha de Moçambique

Nome	Entidade
1. Octávio Francisco Xavier Uaite	Assessor Económico do Administrador
2. Josefina Salencia	Assessora do turismo do Distrito
3. Saide Gelane	Chefe da Equipa técnica
4. José Tuaibo	Chefe de Planificação da D.D. Educação e Cultura
5. Luís Manuel da Costa	SDAE
6. Abacar A. Satar Ndimio	Técnico Distrital de Turismo
7. Assane Mussa	Gestor do Complexo Indico
8. Manuel Sumalgy	Presidente da Associação de Salineiros da Ilha
9. Mamudo Assane	Proprietário de Salina
10. Atumane A. Amir	Pescador
11. Sulemane Braimo	Pescador
12. Momade Ibraimo	Presidente da ASSOPIMO

Assessoria e Assistência Técnica Provincial no quadro DEL pelo ART-PAPDEL

- a) Berdino José Pires – Chefe do Departamento de Promoção do Desenvolvimento Rural
- b) Diamantino Faustino João – Assessor DEL-Programa ART-PAPDEL
- c) Leonardo Caitano – Director Executivo da ADELNA
- d) Ernesto Berthon – Assessor UNV-ADELNA

iv. INTODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento da Ilha de Moçambique é um documento importante que contém as regras e linhas gerais para a execução das principais acções durante os próximos cinco anos (2010 – 2014). A sua perspectivação teve início no mês de Fevereiro de 2009, com a realização de encontros com as comunidades e sectores de trabalho na cidade.

Neste contexto, foram realizados 4 encontros: com os líderes comunitários, operadores turísticos, sociedade civil e conselho consultivo Distrital, durante os quais identificaram-se prioridades, daí resultando a elaboração do presente plano que visa “*Potenciar o continente para preservar o património histórico-cultural*”. Ao longo do processo, foi-se concluindo que os problemas existentes em todos bairros resumem-se na pobreza absoluta e a insuficiência de infra-estruturas sócio-económicas, nomeadamente (unidades sanitárias, estabelecimentos escolares e comerciais).

O Plano Estratégico de desenvolvimento desta cidade, inspira-se numa série de acções assentes em políticas económicas de desenvolvimento económico local, desde o conceito de potencialidades às oportunidades de negócios, incluindo o marketing territorial, o que permitirá o fomento do crescimento sócio-económico da comunidade da Ilha de Moçambique. Servirá igualmente, para além de base para os planos de actividades sectoriais e do Governo local, estabelecer prioridades na execução das acções, propondo uma segmentação clara das atribuições dos sectores, quer privados, quer estaduais.

O presente documento está estruturado em 6 capítulos. O primeiro capítulo, para além dos outros aspectos, versa sobre as metodologias e fontes usadas para a concretização do presente plano.

O segundo, trata de generalidades, onde faz o destaque dos aspectos físico-geográficos, breve introdução histórica da origem do nome da Ilha, população e sua organização sociopolítico e administrativa.

O terceiro, versa sobretudo, o tipo de infra-estruturas socio-económicas existentes, o quarto, faz análise do diagnóstico da evolução de todos os sectores socio-económicos da Cidade da Ilha, em particular os vectores DEL do distrito. O quarto, faz a análise dos

problemas encontrados durante o diagnóstico sectorial efectuado e das potencialidades que a Cidade se dispõe como solução para ultrapassar esses problemas;

O quinto capítulo constitui o Epicentro deste plano, porque é neste capítulo onde se reflecte a estratégia para a implementação de acções de diferentes intervenientes, direccionadas para potenciar a zona continental, com vista a garantir a melhor preservação, conservação e restauro das infra-estruturas patrimoniais, como forma de descongestionar a zona insular. Este capítulo estabelece igualmente, mecanismos de monitoria e avaliação especificando as formas de acompanhamento da execução com base nos relatórios/balanço: trimestrais, semestrais e anuais.

Por último, se apresenta as considerações finais, que espelham os conteúdos nele consubstanciados e bibliografia.

v. METODOLOGIAS E FONTES

Para a elaboração deste Plano de Desenvolvimento, foram usadas como metodologias:

- **Consulta e análise bibliográfica**, consistiu na consulta das fontes referentes as informações gerais sobre a Ilha de Moçambique;
- **Diagnóstico sectorial**, consistiu em apreciação de dados sectoriais, sobre o estado actual de desenvolvimento de cada sector;
- **Consultas participativas com as comunidades**, consistiu em reuniões com os representantes da sociedade civil (líderes comunitários, religiosos, organizações sociais, agentes económicos e outros influentes), com vista a fazer o levantamento dos principais problemas das populações da cidade
- **Análise e compilação de dados recolhidos** que consistiu na análise de todos os dados recolhidos no processo de consultas, quer da sociedade civil, bem como dos sectores;

Contexto

O Presente documento surge como resposta a evolução e modernização do sistema de Administração Pública em Moçambique, o qual, define o Distrito como unidade territorial principal da organização e funcionamento de administração local do Estado e a base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique. (cfr artigo 12 da Lei nº 8/2003, 19 de Maio).

É neste âmbito, que o presente plano foi desenhado, com vista a corresponder os novos desafios do processo de descentralização como forma de harmonizar e flexibilizar a actuação dos serviços sociais e económicos com representações locais ao longo dos próximos cinco anos.

Para elaboração do presente plano, serviram como fontes de inspiração os seguintes documentos: Plano Quinquenal do Governo, PARPA II, Plano estratégico Nacional para Gestão do Património Cultural, Lei da Protecção Cultural (Lei 10/88 de 22 de Dezembro), Lei do Turismo (Lei 4/2004, de 17 de Junho) e a Lei de preservação do Meio Ambiente.

I. DIAGNÓSTICO

1.1 GENERALIDADES DA CIDADE DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

1.1.1 Localização Geográfica

A cidade da Ilha de Moçambique, dista da cidade capital de Nampula a 180 km e limita-se: A Leste pelo Oceano Índico, a Norte, Sul e Este com o Distrito de Mossuril, possui uma área de 445 km².

1.2. Divisão administrativa

A cidade da Ilha de Moçambique, está dividida em duas partes: A Ilha parte insular constituída por 8 bairros e a zona continental por 22 bairros onde vive maior parte da população.

1.3. Clima

Ilha de Moçambique possui um clima do tipo sub equatorial, com duas estações, quente e chuvosa nos meses de Novembro e Abril, e fresca e seca, nos meses de Maio e Outubro. A temperatura média anual é de 26°C. A pluviosidade média anual é de 751,2mm e a humidade relativa média é de 75%. Os ventos predominantes são do Este, caracterizados por serem secos, nos meses de Agosto, Setembro e Outubro e ventos com sentido Norte/Noroeste, caracterizados por serem quentes, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março.

1.4. Vegetação

A vegetação original da Ilha de Moçambique é de uma variedade muito pequena, entretanto, diversas espécies de árvores foram aqui introduzidas. Essa vegetação na zona insular é marcada basicamente por 5 tipos de árvores *Azadirachita-Indica*, Coqueiros, Casuarinas e a figueira-brava e uma variedade de acácia-rubra, mafureiras, bem como diversas e poucas espécies de fruteiras. E na zona continental, verifica-se algumas dessas espécies anteriormente referidas incluindo outras endémicas.

1.5. Geologia

A Ilha de Moçambique é originária de formações quaternárias de rochas de calcário, mais ou menos cobertas de coral. O seu nível freático, é praticamente constante, e situa-se a cerca de 0,8m acima do nível médio das águas do mar.

A Superfície de água que forma a baía de Moçambique, tem uma largura de 10 Km, entre Sanculo e a Cabaceira pequena (Mossuril) e um comprimento de 11km, da Ilha até Apaga-Fogo.¹ Tem uma costa recortada com profundidades irregulares que penetram pelo litoral dentro, proporcionando bons locais de abrigos para embarcações a vela terminando a mesma com duas pontas avançadas: Cabaceira Pequena a norte e Sanculo a sul.

A parte insular da Ilha, situa-se nas antigas pedreiras, que actualmente constituem aproximadamente $\frac{3}{4}$ da Cidade de Macuti. Ela tem uma estrutura plana, com algumas ondulações que comandam o desnível das ruas².

1.6. Rede hidrográfica

A rede hidrográfica da Ilha de Moçambique é constituída pelos rios, Niwere, Ampite e Muecate; todos caracterizados por possuírem um regime periódico. Este Distrito, é também atravessado pelo rio Monapo, na região Sul.

1.7. Breve historial da origem do nome da Ilha de Moçambique

Muito antes de os portugueses navegarem no Oceano Índico, vivia na actual Ilha de Moçambique, um pescador indígena chamado Muhípiti, atraído pela abundância do peixe. Daí em diante, esta parcela da Ilha insular passou a ser designada pelo nome do morador Muhipiti, como forma de distinguí-la das outras ilhotas em redor. Portanto, esta é a origem do nome Moçambique, pelo qual os habitantes do actual Moçambique e redondezas, conheceram a Ilha de Moçambique. Mais tarde, o Muhipiti, passou a governação da Ilha a um outro indígena de nome M'biki, este por sua vez, passou a governação a seu filho de nome Mussa, que governou esta Ilha até a penetração portuguesa, em 1498.

Estabelecidas as relações com os habitantes locais, os portugueses perguntaram quem mandava na Ilha! Responderam os interrogados: - manda Muça M'biki. Daí em diante, os portugueses quando se referiam a Ilha, diziam: a Ilha de Muça-M'Biki. Da combinação destes dois nomes, literalmente passou a designar-se de Moçambiki, até que se converteu no actual Moçambique.³

¹ A. Arkitektksoln, Secretaria do Estado da cultura-Moçambique, 1982-85-P.41

² Idem.

³ Idem. P.419

1.8. População

De acordo com o censo 2007, a Ilha de Moçambique tem cerca de 48839 habitantes, sendo. 25.337 do sexo masculino e 23.502 do sexo feminino, correspondendo a uma densidade populacional de 117 hab/km². Na parte continental vive a maior parte da população da cidade, com 36.387 habitantes, enquanto que na parte insular, e de 17.356 habitantes. Mais de 95% da população da cidade professa a religião muçulmana, devido a primeira influência obtida, árabe e a língua predominante é Emacua, da variante Emakwa, resultante da língua árabe suahili e Emakwa. Vive também na Ilha de Moçambique a população que professa a religião católica e outras religiões envagélicas. Essa parte minoritária da população é oriunda de vários pontos do país, que chegou a cidade da Ilha por inúmeras razões, tais como: transferência por conveniências de serviços, negócios, casamentos, entre outros.

1.8.1. Organização Socio-Política e Administrativa da População

A organização social da população da Ilha de Moçambique é de regime matrilinear, dirigida por um tio materno e está organizada em confrarias ou irmandades. As confrarias ou irmandades, são associações religiosas muçulmanas, com um cerimonial e símbolos litúrgicos próprios.⁴

Assim sendo, na Ilha de Moçambique existiram duas confrarias principais: a Xadulia fundada em 1897 por Xêhê SAÍDE MUHAMEDE-BIN CHIKE mais conhecido por Xêhê Marufo, oriundo da Ilha das Comores e Cadiria fundada em 1904 pelo Xêhê ISSA BIN-AHMAD, oriundo da Ilha de Zanzibar. Entretanto, ao longo da evolução da sua história, estas duas subdividiram-se em pequenas confrarias.

1. A de ordem Xadulia, subdividiu-se em:

- Xadualia Laxurute,
- Xêhê Haji Saíde Amur Jimba;
- Xadualia e' Madhania, dos Xêhê Cassimo Ali;
- Xadulia Itafak, do Xêhê Mussagy Haji Sacugy

2. A de ordem Cadiria subdividido-se em:

- Cadiria Sadate, do Xêhê Haji Mahamudo Haji Abdulrazake Assane Ossumane Jamú;

⁴ Boletim de Arquivo Histórico de Moçambique, 1998 p.61-65

- Cadiria Jailane, do Xêhe Abubacar Calamo;
- Cadiria Salikina, do Xêhe Haji Ainadine Momade Ainadine e,
- Cadiria Macherapa, do Xêhe Xaribo Muzé.

Segundo o Xêhê Hafiz Jamú, dentro dessas confrarias, existem hierarquias que começam com Xêhê, que é a entidade máxima da confraria, seguido por Halifa, representante de Xêhê, isto é, serve de elo de ligação entre os membros da comunidade e a entidade máxima da confraria; enquanto Nakibos são os coadjuvantes dos halifas.⁵

De acordo com a mesma fonte, actualmente existem 7 confrarias na Cidade, representadas por seguintes satjadas: Assane Issufo 2 confrarias, Momade Áchiro Zainadine 1, Saíde Abdurremane Amur Bin Jimba 2, Hafiz Abdurrazaque Assane Jamú3. Todas as confrarias existentes actualmente na Ilha caracterizam-se pelas actividades culturais típicas, como são os casos do Tufo, Damba, Maulide.⁶ Para além da organização em confrarias, existem também na Ilha de Moçambique outras congregações religiosas como são os casos Igreja calólica representados pela Diocese de Nacala porto e outras religiões protestantes.

De acordo com as fontes orais, a Igreja Católica aparece na Ilha de Moçambique no Séc XVII, primeiramente com os padres jesuítas, os quais construíram a maior parte da infra-estruturas religiosas, incluindo o Museu da Ilha de Moçambique, que outrora servira de Colégio destes até 1759, altura em que foram expulsos pelos portugueses.

Após essa data, a Igreja católica, através das Congregações Diocesanas e Cucujães, ambas originárias de Portugal, com a sede na Diocese em Nacala, dominaram a Ilha de Moçambique, na arena da religião católica. Actualmente, apenas 5% da população da Ilha professa essa religião.

1.8.2. Organização Política e Administrativa

A cidade da Ilha de Moçambique, por ser um Distrito Municipal, possui uma estrutura político-Administrativa específica. A Assembleia Municipal, representa a entidade máxima da cidade, seguido do Governo da cidade, representado pelo Administrador, com um conselho consultivo Distrital. Ao nível dos Postos Administrativos urbanos, encontramos o Chefe do Posto urbano, como entidade máxima desta parcela. Há na Ilha quatro regulados dois na parte insular e dois na parte continental (Lumbo e Ampapa), cujos régulos foram

⁵ Entrevista com Xêhê Hafiz Jamú, Ilha de Moçambique, 18 de Novembro de 2007.

⁶ Idem.

devidamente reconhecidos pelo Governo da cidade. Estes, trabalham em estreita ligação com 9 cabos e 31 secretários dos bairros, (8 bairros na zona insular e 22 na zona continental) igualmente reconhecidos. A liderança comunitária instalada, constitui o elo de ligação entre as autoridades administrativas e governamentais (Conselho Municipal e Governo da Cidade) e as populações.

1.9. Infra-estruturas socioeconómicas da Cidade da Ilha

1.9.1. Estradas

Pela sua construção secular, a cidade da Ilha de Moçambique tem as estradas urbanas completamente degradadas. Na zona continental existem estradas vicinais e terciárias que estabelecem comunicação entre comunidades, muitas delas carecendo de obras de manutenção. A cidade estabelece comunicação com outros pontos da província através da estrada nacional número 105.

1.9.2. Comunicação

A cidade da Ilha de Moçambique, tem sistema de comunicações constituído pela rede de telefonia fixa TDM com serviços de Café Internet, telefonia móvel Mcel e Vodacom, ambos em bom estado operacional. Possui ainda os serviços de correio em funcionamento que asseguram as correspondências e o pagamento de pensionistas

Rádio, Televisão e Transporte.

A Cidade se beneficia de uma rádio comunitária sedeada na parte insular. De igual modo, funciona a Televisão de Moçambique com dois canais TVM e RTP.

No que diz respeito aos transportes, a Cidade conta com uma pequena empresa de transportes semi-colectivos e outros operadores singulares, que estabelecem ligações entre a Ilha e as cidades e Distritos circunvizinhos. Quanto ao transporte aéreo, esta conta com um aeródromo com capacidade para pequenos aviões, mas que carece de obras de ampliação e reabilitação.

O transporte de e para a Ilha, pode ser efectuado também por via fluvial, através de embarcações de carga e passageiros (maioritariamente a vela). Há uma ponte para atracagem de embarcações e navios de grande porte, mas em desuso, devido ao estado avançado de degradação.

Energia

A cidade beneficia-se de uma corrente eléctrica da linha de Cahora Bassa com uma cobertura em 70% na zona insular e cerca 40% na zona continental.

A partir de Outubro de 2007, a cidade da Ilha de Moçambique conta com um sistema de credelec. Para além da corrente eléctrica, a população da Ilha usa também a lenha e o carvão vegetal para preparação de seus alimentos e nas pequenas indústrias no fabrico do pão.

Bombas de combustível

A Cidade da Ilha de Moçambique possui uma bomba de combustível de pouca capacidade que funciona 12 horas, localizada na zona insular da Cidade.

Bancos

No que concerne aos bancos, a Cidade beneficia-se somente de uma instituição comercial bancária, banco internacional de Moçambique (BIM) localizada igualmente na Zona insular beneficiando toda população de duas zonas da Cidade.

1.10. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

O Distrito da Ilha de Moçambique sendo parte integrante do território da Província de Nampula, tem a pesca, o turismo, e a agricultura como a base da sua economia, praticada fundamentalmente ao nível do sector familiar.

1.10.1 Identificação de Potencialidades do Distrito

O quadro que se segue mostra as potencialidades de produção, cuja dimensão dos principais vectores do DEL foi estimada com base no historial de produção destes produtos no Distrito da Ilha de Moçambique.

Quadro : Principais potencialidades

Distrito da Ilha de Moçambique

POTENCIALIDADES		
Potencialidades	Unidade de Medida	Potencial (Quantidades)
1	2	3
Peixe-marisco	Ton	80.000
Turismo	Camas	300
Sal	Ton	50.000
Milho	Ton	(a)
Mapira	Ton	(a)
Mexoeira	Ton	(a)
Arroz	Ton	(a)
Feijão	Ton	(a)
Amendoim	Ton	(a)
Mandioca	Ton	(a)
Gergelim	Ton	(a)
Castanha de caju	Ton	(a)
Bovinos	Ton	(a)
Caprinos	Tn	(a)
Galinhas	Cabeças	(a)
Perus	Cabeças	(a)
Ouvinos	Cabeças	(a)

(a) Por dimensionar

Fonte: Relatórios Anuais de Balanço do PESOD 2005 a 2009; GTD-DEL

1.10.2 Evolução da produção (2005/2009)

Nesta secção, far-se-á a análise da evolução da produção durante o quinquénio 2005/2009. A análise deste período deverá ajudar a identificar os principais factores de sucesso e de insucesso. Como já foi referido, o sector agrário é o que mais caracteriza a economia deste Distrito. Desta forma, a informação contida nas linhas que se seguem incide sobremaneira neste sector.

Quadro : Diagnóstico do Período 2005/2009

DIAGNÓSTICO Produção Período 2005/2009						
Produtos	Unidade de Medida	Produção 2005 a 2009				
		2005	2006	2007	2008	2009
1	2	3	4	5	6	7
Peixe e mariscos	Camas	13,451	16,000	19,214	24,894	28,762
Turismo	ton	89	98	154	215	300
Sal	ton	10,600	11,000	12,400	14,100	16,300
Milho	ton	255	326	270	445	718
Mapira	ton	76	76	50	51	25
Mexoeira	ton	26	17	12	20	10
Arroz	ton	144	0	0	135	45
Feijão	ton	189	200	150	608	824
Amendoim	ton	176	109	140	683	778
Mandioca	ton	11,500	14,250	14,000	33,750	38,086
Gergelim	ton	1,5	6	4,0	12	14
Castanha de caju	ton	18	42	83	98	155
Bovinos	ton	3,446	3,050	3,059	2,381	2,061
Caprinos	Tn	1,368	1,200	2,011	2,080	2,355
Galinhas	Cabeças	5,879	4,980	9,926	10,200	10,251
Perus	Cabeças	25	67	74	85	89
Ovinos	Cabeças	304	250	462	560	696

Fonte: SDAE

O quadro de diagnóstico acima representado, mostra a evolução histórica da produção das potencialidades económicas do distrito de Ilha de Moçambique no quinquénio compreendido entre 2005 à 2009. Destaque para os vectores DEL, nomeadamente, Peixe e Mariscos, Turismo e Sal que merecerão maior atenção neste documento.

Taxas de Crescimento no Período 2005/2009

Quadro : Taxas de Crescimento da Produção no Período 2005/2009

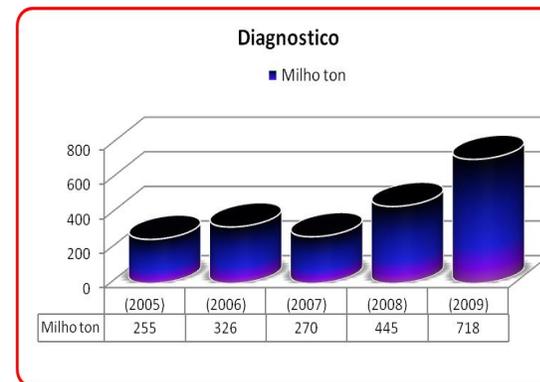
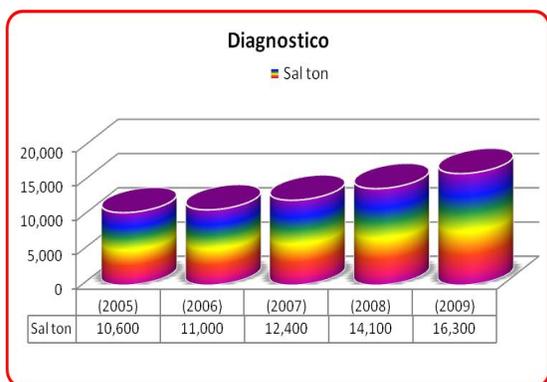
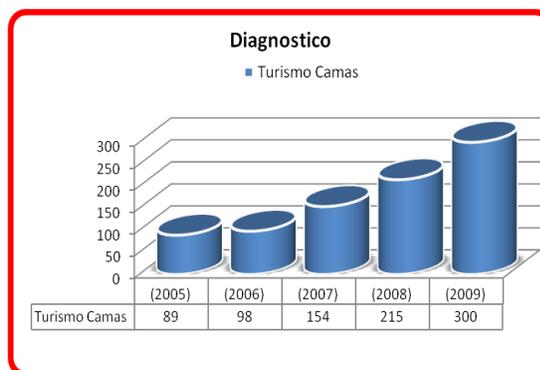
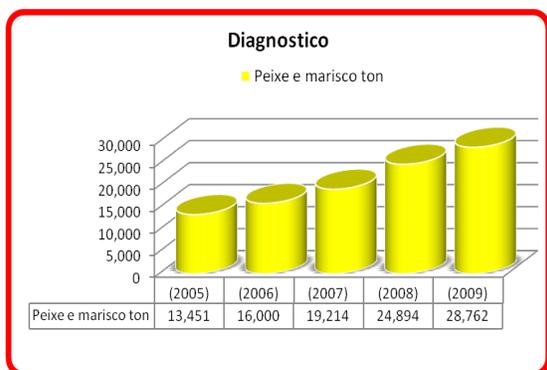
Produtos	Crescimento Período 2005/2009				% Media
	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	
8	9	10	11	12	13
Peixe-marisco	19.0%	20.1%	29.6%	15.5%	21.0%
Turismo	10.1%	57.1%	39.6%	39.5%	36.6%
Sal	3.8%	12.7%	13.7%	15.6%	11.5%
Milho	28.0%	-17.3%	64.8%	61.2%	34.2%
Mapira	0.0%	-34.2%	2.0%	-51.0%	-20.8%

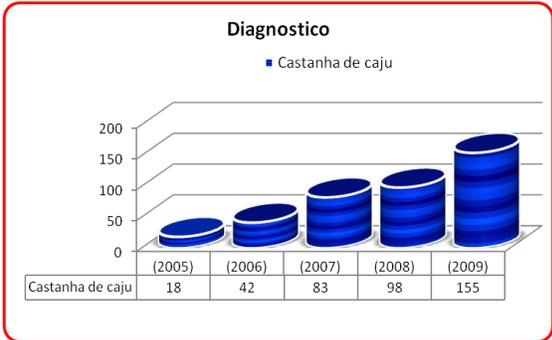
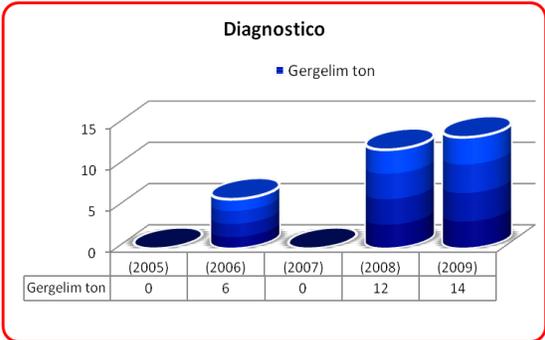
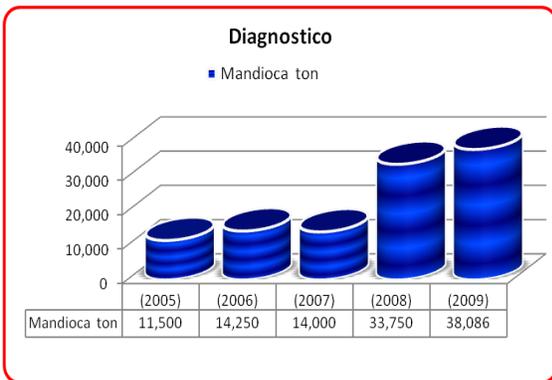
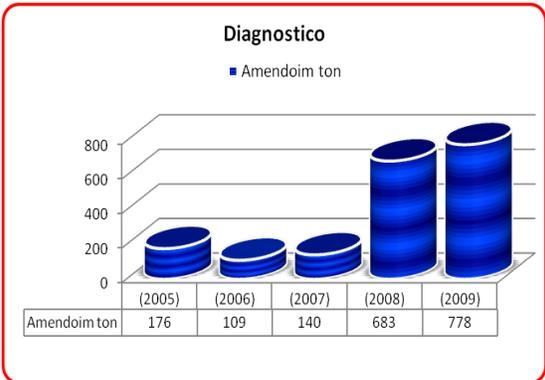
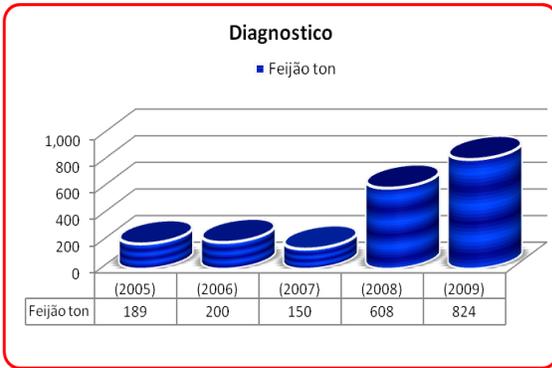
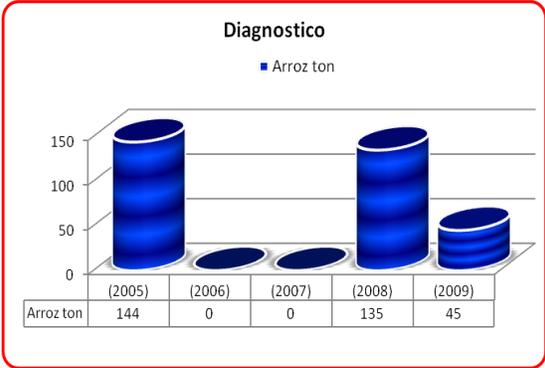
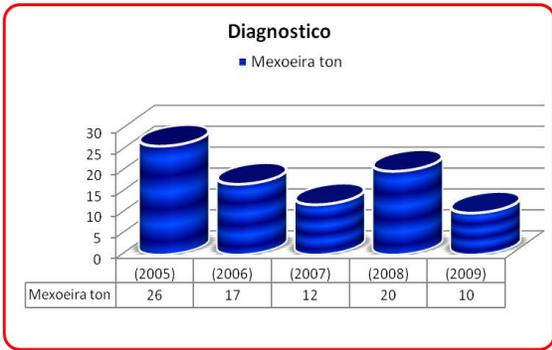
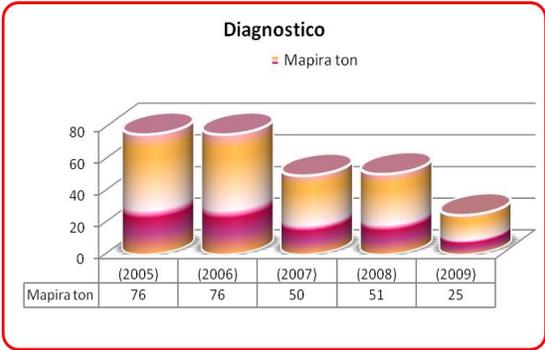
Mexoeira	-35.0%	-29.0%	66.7%	-50.0%	-11.8%
Arroz	-100.0%	0%	0%	0%	0%
Feijão	5.7%	-24.9%	305.3%	35.5%	80.4%
Amendoim	-38.3%	28.9%	387.9%	13.9%	98.1%
Mandioca	23.9%	-1.8%	141.1%	12.8%	44.0%
Gergelim	0	0	0	12.5%	12.5%
Castanha de Caju	125.5%	98.8%	19.3%	57.4%	75.3%
Bovinos	-11.5%	0.3%	-22.2%	-13.4%	-11.7%
Caprinos	-12.3%	67.6%	3.4%	13.2%	18.0%
Galinhas	-15.3%	99.3%	2.8%	0.5%	21.8%
Perus	168.0%	10.4%	14.9%	4.7%	49.5%
Ovinos	-17.8%	84.8%	21.2%	24.3%	28.1%

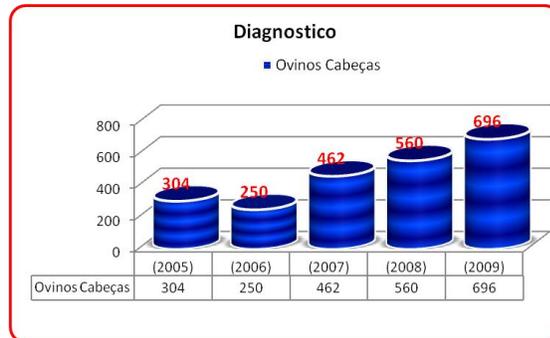
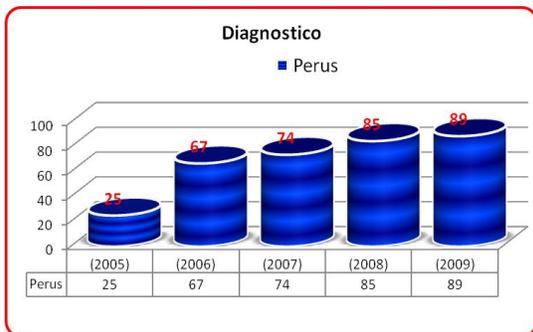
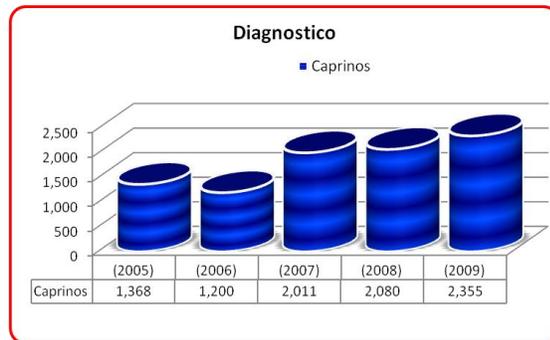
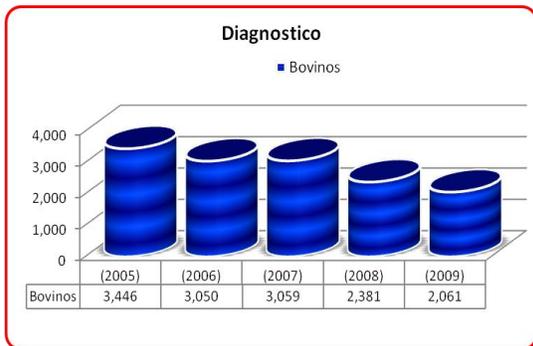
Fonte:

O quadro das taxa de crescimento mostra as irregularidades de crescimento no período histórico 2005/2009, motivada por varios factores, um dos quais a queda irregular das chuvas no período em análise.

Representação Gráfica do Diagnostico de Produção







Pescas

A actividade pesqueira, constitui a base de sobrevivência da maior parte das famílias da Cidade da Ilha de Moçambique. Esta actividade, é principalmente assegurada pelo sector familiar, o que faz com que a sua prática seja em moldes tradicionais, isto é, predomínio do uso de técnicas artesanais, como por exemplo a rede de arrasto e o uso de canoas e barcos a vela. Esta actividade é desenvolvida pelos homens, cabendo as mulheres, crianças e velhos, no processo de recolha de mariscos. O pescado é vendido dentro da Cidade e outros pontos da província e do país.

De 2008 a 2009, verificou-se um decréscimo do pescado na ordem de 29,6%, à 15,5% devido a baixa pluviosidade registada na Ilha e escassez do peixe na costa.



Passo-mar, local de desembarque de barcos de pesca. Ilha de Moçambique

Quadro : Evolução do sector pesqueiro entre os anos 2005/09

Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Número de embarcações	222	165	266	138	737
Número de pescadores artesanais	1345	1331	1416	1215	2454
No de pescadores semi-ndustriais	0	0	0	0	0
Número de empregado no sector	1345	1166	1159	1092	1217
No de associações	1	1	1	1	1
Grupos de poupança	0	0	0	2	6

Como se pode observar a tabela (1), ao longo do período em análise, o número das embarcações, bem como dos pescadores sofreu oscilações, causadas pelos vários factores tais como: a falta de manutenção das embarcações, devido as carências financeiras para fazer face esta situação. Os mesmos factores, influenciaram no decréscimo do número de empregados neste sector.

Turismo

O turismo constitui a outra vertente principal no rol das actividades económicas desenvolvidas na Ilha de Moçambique. Dentre várias actividades, destacam-se a hotelaria, restauração e bebidas e lazer.

A tabela de diagnóstico demonstra a situação actual do sector do turismo na Cidade da Ilha de Moçambique. Como se pode observar, esses dados mostram um elevado índice de crescimento entre o período 2006 à 2007 na ordem de 57,1%.



Hotel Omuhipiti, de 4 estrelas na Ilha parte insular



Capela de Nossa senhora do Baluarte

Tabela 2 – A situação de alojamento na Cidade da Ilha

Designação	Número
Hotéis	01
Pensões	01
Casas se hóspedes	11
Residenciais	0
Aluguer de quartos	01
Estalagens	0
Motéis	0
Lodges	0
Total de estabelecimentos de alojamento	14
Número total de quartos	83
Número total de camas	154

Tabela 3: Restauração e Bebidas

Designação	Número
Restaurantes	05
Bares	03
Snack-bar	0
Barracas	03
Pastelarias	0
Total de estabelecimentos de restauração	11
Total de mesas	74
Total de cadeiras	304

Tabela 4 Alternativas de Lazer

Designação	Número
Praias	
Discotecas	
Passeios de Barco	
Visita a locais históricos	
Total de alternativas de lazer	04

Tabela 5: Recursos humanos do sector do Turismo

Designação	Número
Número de Operadores Turísticos	25
Número de Empregados no Sector	140
Numero de associações	1
Número de guias Formais	6
Número de guias em capacitação	15

A Cidade da Ilha de Moçambique, possui um hotel de 4 estrelas, uma pensão de 2 estrelas 11 casas de hóspedes e um estabelecimento de aluguer de quartos, totalizando 14 estabelecimentos de alojamento correspondendo a 83 quartos e 154 camas das quais 56,6% são de classificação única.

Em relação a área de restauração, a Cidade da Ilha conta com 5 restaurantes, 3 Bares da terceira classe, 3 Barracas, totalizando 74 mesas e 304 cadeiras.

Quanto aos estabelecimentos de lazer importa referir que existem duas discotecas integradas em estabelecimentos turísticos já contabilizados para além de outras actividades existentes na Cidade que não necessitam de licenciamento como é o caso de danças tradicionais, praias e outras.

Duma forma geral, pode se afirmar que o turismo na Ilha de Moçambique é assegurado por pequenos empresários.

Sal

A produção do Sal registou uma media de crescimento de 11, 5% durante o period de 2005 à 2009. O Sal da Ilha Moçambique é de alto teor comercial para os distritos, províncias e países do interior como Malawi, Zimbábue e outros, e é consumido basicamente para salgar alimentos.

O Distrito conta actualmente com 36 Salinas, todas localizadas em Lumbo ao lado duma estrada alcatroada que liga a Ilha de Moçambique com todos outros pontos da província e do país.

Tabela 14: Unidades Salineiras de 2005 à 2009

Designação	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de indústrias salineiras	40	32	33	33	36

Fonte: SDAE

Agricultura

a. Produção agrícola

No que concerne a produção agrícola, a Cidade da Ilha de Moçambique apresenta na sua maioria solos com fraca capacidade de fertilidade, fazendo com que a produção do milho, mandioca, mapira, arroz, batata-doce, feijões e hortícolas seja em pequenas porções servindo para a subsistência. Para além dessas culturas, a população tem como culturas de rendimento, o gergelim, castanha de cajú e jatropha e sisal.



Área agrícola familiar: machamba de mandioca do Sr. Abílio Moisés no bairro do Entete no Lumbo

Os dados do último quinquénio ilustram que a produção agrícola triplicou de 2006, era de 12.479,95 toneladas para 40.767,5 toneladas na campanha agrícola 2008, correspondendo um crescimento de 226.9%. Enquanto a produção agrícola no mesmo período, registou-se uma redução na ordem de 2.5% na campanha 2006 devido a queda irregular de chuvas e insuficiência de insumos agrícolas.

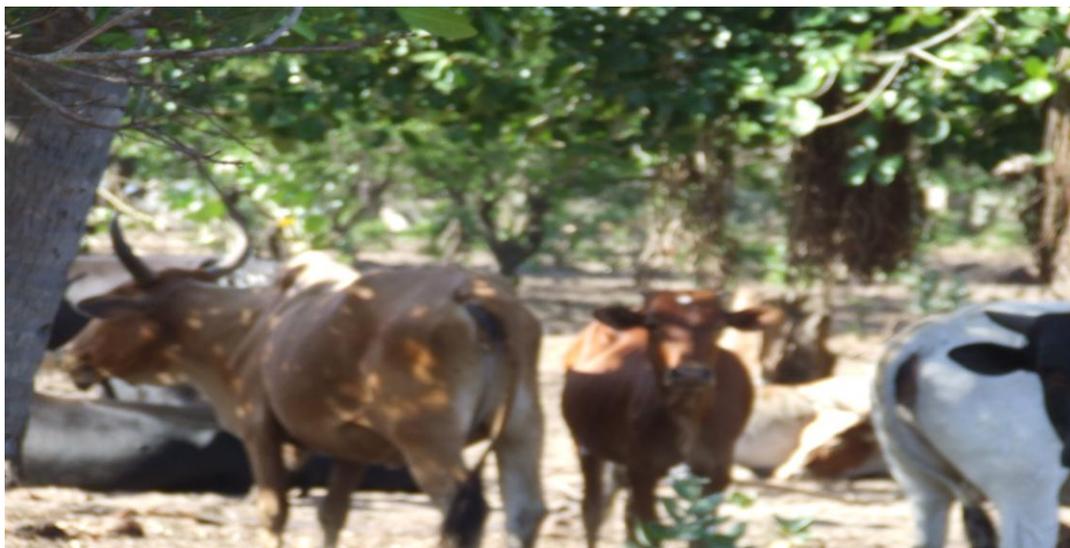
A produção do Sisal até na campanha 2004/2005, era feita pela Empresa João Ferreira dos Santos (JFS) e devido a avaria das máquinas de desfibramento e a consequente redução dos rendimentos, esta empresa abandonou o cultivo desta cultura, razão pela qual não apresentamos na tabela de diagnóstico.

A Cidade da Ilha de Moçambique é também produtora de castanha de caju, constituído maioritariamente pelos cajueiros plantados no período colonial, consequentemente a sua produtividade é muito baixa.

Ainda na área de agricultura, na campanha 2007 o Governo introduziu a cultura de *Jatropha* numa área 16 hectares, para alargar as culturas de rendimento e muito em particular no sector familiar.

Produção Pecuária

A actividade da pecuária na Cidade da Ilha de Moçambique é assegurada pelo sector privado. Esta Cidade é um potencial na criação de gado bovino ao nível da província para além de algumas espécies de aves, como galinhas patos e perus e coelhos.



Gado Bovino em Suio, Grupo JFS

A produção pecuária foi marcada pela oscilação dos efectivos de animais no período de 2005 à 2008, na qual nota-se um amamento do gado caprino, ovino e aves, devido aos novos nascimentos e o fomento pecuário introduzido pelo Governo com os fundos de investimentos de iniciativas local. Por outro lado, nota-se um decréscimo do gado bovino, devido ao abate, transferência de animais para outros distritos por parte da Empresa JFS e as irregularidades de quedas pluviométricas.

Tabela 9: Sanidade Animal

	Designação	2005	2006	2007	2008	2009
Vacinas administradas	Aves	3169	5970	6495	0	700
	Caninos		83	120	60	87
Banhos caracicida	Nºtanques Caracicidas	1	1	1	1	1

Entre os anos 2005 a 2007, a vacinação das aves era feita pela ONG (Visão Mundial), e com a saída desta, o processo parou por um período de um ano e em 2008, foi retomado pelo Serviço Distrital de Actividades Económicas.

Extensão rural

Tabela 10:

Designação	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de redes de extensão	2	2	2	1	1
Nº de extensionista	7	7	7	4	4
Nº de camponeses assistidos	2161	2161	2161	1493	1601
Nº de grupos de associações	70	95	90	50	58

Na cidade da Ilha de Moçambique existia até 2007, 2 redes de extensão rural que estavam na responsabilidade das ONGs Save the Children e Visão Mundial. Em 2008, a Visão Mundial retirou-se, tendo ficado apenas Save the Children, reduzindo deste modo, o número de extensionistas, conseqüentemente o número dos camponeses assistidos também reduziu.

Tabela 11: Hidráulica Agrícola

Designação	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de represas	0	0	0	3	3
Área irrigada (ha)	2	2	5	10	20
Nº de beneficiários	7	7	15	30	60

Tabela 12: Comercialização Agrícola

Designação	2005	2006	2007	2008	2009
Milho	0	0	2.0	26.7	35.87
Mapira	0	0	0	0.51	0.25
Mexoeira	0	0	0	0.2	0.1
Arroz	0	0	0	0.3	0.45
Feijão	0	0	0	30.4	41.18
Amendoim	0	0		23.9	38.89
Mandioca	0	0	0	803.8	1944.3
Batata-Doce	0	0	0	0.5	1.0
Hortícolas	0	0	11,3	16	10
Gergelim	0	0	3	12	13.5
C. Caju	0	0	82,5	98,42	154.9
Total	0	0	98,8	1012,73	2240,44

A tabela 12, ilustra a comercialização agrícola nos anos 2005 a 2008. Nele, pode-se observar que nos anos 2005/06, não se registou a comercialização na cidade da Ilha de Moçambique, devido ao fenómeno de estiagem que afectou as produções: do milho, gergelim, castanha de caju e hortícolas, não tendo havido assim, excedentes para o comércio. De 2005 a 2007, essa situação minimizou-se, como ilustra com a pouca queda pluviométrica, tendo resultado na produção de alguns produtos.



Venda de produtos agrícolas

1.10.3 Comércio

Na Cidade da Ilha de Moçambique pratica-se comércios formal e informal.

O comércio formal é desenvolvido por um número reduzido de agentes económicos, fornecendo a residentes produtos da primeira necessidade. Paralelamente a isso, pratica-se também em grande escala o comércio informal, que garante aos residentes o fornecimento de produtos diversificados.



Comércio Informal, Bairro de Macute

Tabela 13: Estabelecimentos comerciais

Designação	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de lojas	6	10	8	8	8
Nº de barracas	0	0	115	115	115
Mercados municipais	2	2	2	2	3
Mercados informais	6	6	6	6	6

Como se pode notar na tabela 13, na área do comércio há predominância de barracas em relação ao número de estabelecimentos comerciais formais. Esta situação começa a se observar a partir do ano 2005, não tendo sido registado nos 2 anos anteriores do quinquénio.

1.10.4 Indústria

A Cidade da Ilha de Moçambique possui 1 unidade de agro-processamento da castanha de caju, localizada no Posto Administrativo de Lumbo, que desde 2004 se encontra inoperacional. Existem também nesta Cidade 6 unidades de moageiras, sendo 1 na parte Insular e 5 em Lumbo; 36 Salinas, todas localizadas em Lumbo e carpintarias, sendo 2 na parte insular e as restantes no Lumbo.

A fraca capacidade financeira aliada a falta de profissionalização dos agentes económicos nesta Cidade, tem limitado sobremaneira a ampliação das suas actividades, ainda que o Governo local envide esforços no sentido de apoiar essas iniciativas.

No entanto, para além das actividades acima descritas, desenvolve-se também na Cidade, o artesanato, actividade esta caracterizada por ser do tipo caseiro. Nos Bairros da Cidade, existem ferreiros ou bate-chapas, sapateiros, carpinteiros, pedreiros e pessoas que tecem cestos, orversaria e holaria e outros artesãos. Os principais produtos do artesanato comercializados contam-se entre, camas, mesinhas, cadeiras, portas e cestos feitos de palha, sacolas e chapéus feitos de capulana, colares de conchas, missangas, vassouras, produtos estes, que para além de expressarem os usos e costumes da Cidade, minimizam a falta de produtos manufacturados

1.10.5 Meio Ambiente

De 2005 à 2006, como mostra a tabela abaixo, não houve registo de árvores, tendo iniciado em 2007 com árvores fruteiras e de sombra. De 2005 a 2007, verificou-se uma drástica evolução de árvores de sombra devido a fraca pluviosidade.

Tabela 15: Evolução do plantio de árvores na cidade

Designação	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de árvores de sombra	0	0	325	688	1123
Nº de fruteiras			60	526	868
Nº de plantas de Mangal		0	0	0	3020
Total	0	0	385	1214	5011

O Processo de registo de árvores de sombra e de frutas iniciou em 2007 com o plantio de 385 árvores de sombras e fruteiras podendo até em 2009 atingido um total de 5011, registando um crescimento na ordem de 4626 árvores, crescimento este que se deveu a introdução do plantio de mangal em 2009 num total de 3020.

Para além disso, foi identificada uma área de um hectare para reflorestamento em acácias e eucaliptos, na qual foram plantadas 130 árvores de sombras.



Plantação das casuarinas na orla marítima na ilha parte insular

1.10.6 Saneamento do meio ambiente

O escoamento das águas pluviais nos bairros de Esteu, Litine, Areal e Marangonha, é feito por meio de drenos com valas abertas; processo que se mostra ineficaz para a solução do

problema de estagnação das águas pluviais nas vias públicas, como se pode ver no retrato abaixo.

Os bairros de macuti na Cidade insular possuem um lençol freático muito baixo e a maior parte da população não tem latrinas caseiras, usando para satisfação das suas necessidades as praias, caso que provoca sub aproveitamento desses espaços para o Turismo.



Foto 12: Bairro do Litine alagado

1.11. SECTORES SOCIAIS

1.11.1. Saúde, Mulher e Acção Social

A rede sanitária da cidade da Ilha de Moçambique é constituída de 1 unidade sanitária do Tipo I, e 1 do Tipo 2 e nestas funcionam actualmente um total de 21 enfermeiros, 10 técnicos e 1 médico. No que diz respeito as doenças endémicas como a malária, pode-se notar uma redução de casos, facto que se deve as campanhas de pulverização. O cenário do HIV/SIDA continua a ser uma preocupação no distrito, dado que os números que se apresentam são assustadores.

Tabela 16: Saúde Pública

Designação	Anos				
	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Unid. Sanit. Tipo I	1	1	1	1	1
Nº de Unid. Sanit. Tipo II	1	1	1	1	1
Nº de postos de saúde	2	2	2	2	2
Nº de Enfermeiros	11	12	12	14	21
Nº de Técnicos de Saúde	1	2	3	5	11

Nº de Medicos	1	1	1	1	1
Nº de Serventes (Auxiliares)	19	15	15	20	23
Nº de pessoal administrativo (carreira de regime geral)	2	2	2	2	2
Nº de microscopistas e outro pessoal de laboratório	3	3	2	3	3
Nº de farmacêuticos	2	2	3	3	4
Nº de casos HIV e SIDA	59	41	51	175	345
Nº de Partos Institucionais	1.219	1.159	1.261	1.322	1286
Nº casos de Malária	21.043	19.515	22.923	14.835	4510
Nutrição (Bom crescimento)	0	0			16603
Nutrição (Mau crescimento)	0	0	20	15	475

1.11.2. Educação Juventude e Tecnologia

Tabela 17: Evolução da rede escolar e o seu efectiva na Cidade

Designação	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de escolas EP1	9	9	10	10	8
Nº de escolas EPCs	3	3	3	3	5
Nº de escolas ESG*	1	1	1	1	1
Nº de escolas E.T.P	1	1	1	1	1
Nº de centros A.E.A	48	69	73	105	97
Nº de alunos EP1 (1 a 5 classes)	4650	5274	6136	6903	7444
Nº de alunos EP2/EPC (6 e 7 classes)	749	661	1022	1154	1469
Nº de alunos ESG1	690	519	759	876	982
Nº de alunos ESG2	0	0	0	0	97
Nº de alunos ETP	97	129	154	173	150
Nº de alfabetizando	2050	2341	2341	3302	3693
Nº de Professores EP1	91	106	100	105	144
Nº de professores EP2	20	22	20	25	61
Nº de professores ESG1 e 2	20	22	21	18	44
Nº de professores ETP	6	8	9	9	8
Nº de alfabetizares	84	85	108	115	137
Nº de infra-estruturas desportivas	10	10	10	10	8

De acordo com o quadro acima indicado, nota-se que em 2005 e 2006 funcionavam 9 escolas do EP1, em 2008 foi criada a EP1 de Ampite, totalizando 10, destas em 2009 foram elevadas 2 para escolas primárias completas (Jembesse e 16 de Junho) reduzindo assim o número de escolas primárias do primeiro grau.

* É de referir que a partir de 2009, na Cidade da Ilha foi introduzido o nível do segundo ciclo, contrariamente aos anteriores 4 anos.

Alfabetização e educação de adultos (AEA)

Centros

Como indicam os dados, este ano houve redução dos centros de alfabetização. A redução de centros de alfabetização no ano 2009,deveu-se a concentração de turmas numa determinada zona influenciando de alguma maneira a redução dos efectivos dos educandos e de turmas.

Nos anos 2005 e 2006, o número de alfabetizando a inscrever-se manteve-se constante, pois naqueles anos foram inscritos conforme a meta atribuída pela DPEC/Npl, como tem sido em todos anos.

Em 2007 e 2008, os efectivos dos professores nos 3 níveis de ensino diminuiu devido aos factores:

- Transferência para fora da cidade;
- Continuação de estudos nas instituições de formação de professores (IMAP e UP) e em contrapartida não houve substituição;

1.11.3. Património

Museus, Monumentos, e Lugares Históricos

A cidade da Ilha de Moçambique, conta com três museus, nomeadamente, o museu Palácio S.Paulo, Museu da Marinha e Museu de Arte Sacra, todos em utilização mas clamando por obras de reabilitação. Conta ainda com 12 monumentos históricos, sendo a fortaleza de S. Sebastião, a Capela de Nossa Senhora do Baluarte, O templo Indú, a Mesquita Central, o Fortim de S. Lourenço, a Capela de S. Francisco Xavier, a ponte da Ilha, e outros.

Situação actual do património cultural

De acordo com o levantamento preliminar do património edificado feito em 2007 na Ilha de Moçambique, refere que nesse período, havia cerca de 1.703 edifícios, subdivididos em 8 Bairros que a compõem:

Tabela 18: Bairros e número de casas

Nome do Bairro	Nº de casas
Museu	352
Marangonha	135
Areal	192
Quirahi.	136
Esteu	144

Litine	383
Macaripi.	202
S.António	159
Total casas	1.703

Dada a especificidade da Ilha de Moçambique (Património Mundial), o processo de alienação que iniciou na década 80, esta região não foi abrangida, tendo sido integrada na década 90.

Nas tabelas 19, 20, 21 e 22, em anexo, mostram os imóveis já alienados, imóveis não alienados e imóveis em estado de degradação pertencente ao estado.

Tabela 23: Construções e reabilitações feitas na Cidade de pedra e cal e de Macuti entre os períodos de 2005 a 2008

Ano	Construções e reabilitações	Bairro de pedra e cal	Bairro de Macuti	Total
2005	Construção	0	3	3
	Reabilitação	12	0	12
2006	Construção	0	6	6
	Reabilitação	10	3	13
2007	Construção	1	2	3
	Reabilitação	16	0	16
2008	Construção	0	8	8
	Reabilitação	24	04	28

1.12. SECTOR DE INFRA ESTRUTURAS

Tabela 25: Abastecimento de Água

Designação	2005	2006	2007	2008	2009
Furos mecânicos	01	0	1	02	10
Furos manuais existentes	2	01	0	0	0
Poços existentes	01	05	07	21	27
Nº Pequenos Sistemas de Abastecimento de água (PSAA)	1	1	1	1	1
Fontanários Públicos	03	04	05	16	16
Nº Captações protegidas/caleiras existentes zona insular	11	11	11	11	11
Total fontes por ano	19	23	25	50	65
Nº de beneficiaries em percentagem	32.558	33.084	34.697	36842	36.868
Taxa de cobertura	6.14	8.9	11.55	31.2	48.8

O quadro acima, ilustra o ponto de situação de abastecimento de água na Cidade da Ilha de Moçambique durante o período em estudo. Até o ano de 2008, a zona continental contava com 50 fontes de água; sendo 16 fontanários públicos, dos quais 5 foram construídos no ano em referência, 2 (Dois) furo mecânicos, para além de 21 poços; sendo 3 reabilitados pelo Governo da Cidade e 7 pelas Irmãs Franciscanas de Imaculada Conceição. Em relação ao ano de 2007, foram reabilitados 5 poços, de igual número programados pela Direcção Provincial das obras públicas, estando em curso a construção de 8 fontes de água, sendo 7 furos mecânicos, um poço, num universo 33 fontes planificadas, no contexto do projecto ASNANI, totalizando 14 fontes. Ainda neste ano, estão em curso as construções aceleradas de outras fontes, que poderão somar 90 fontes. Com estes dados, a taxa de cobertura elevou-se para 48.8% contra 31.2% de igual período de 2008, beneficiando cerca de 36.868. habitantes na zona continental.

A Cidade Insular beneficia-se de água da rede possuindo desde de 2003 11 cisternas públicas com caleiras, beneficiando deste modo a população residente estimada em 17.356 habitantes.



Abastecimento de água na zona continental



Tanques que abastecem água na zona insular

1.12.2. Estradas e Pontes:

A cidade conta com 5 estradas terciárias e uma estrada Nacional nº105, que liga Ilha de Moçambique a Distrito de Monapo. Devido a chuvas torrenciais que se fizeram sentir na região no ano de 2008, cerca de 17 km de estradas terciárias, ficaram intransitáveis ao longo do período, carecendo de pequenas obras de manutenção. Para além das pequenas embarcações de pescas e de mercadorias e pessoas, a Cidade da Ilha da parte insular

comunica-se com a parte do continente principalmente através da ponte com uma extensão de 3,8km, construída na década 60 do séc.XX.

Tabela 26: Estradas

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009
Estradas Primárias	1	1	1	1	1
Estradas Secundárias	0	0	0	0	0
Estradas Terciárias	5	5	5	5	05
Pontes	01	01	01	01	01
Ponteias	02	02	02	02	
Pavimentação de ruas	-	-	-	98ml	1200ml



Ponte que liga zona insular ao continente

1.13. PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

1.13.1. Sectores Económicos

Turismo

A Ilha de Moçambique é uma zona com grandes potencialidades turísticas sobre tudo para o desenvolvimento do turismo cultural por possuir grande parque de monumentos históricos e diversas manifestações culturais. Não obstante as condições já referidas, o turismo é enfraquecido pelos factores que seguidamente mencionamos.

Tabela 27: Problemas e potencialidades do sector do Turismo

Problemas	Potencialidades
Falta de informação turística	Existência dos Recursos Humanos Disponibilidade do espaço
Baixa qualidade dos serviços hoteleiros	Existência de infra-estruturas hoteleiras Existência dos recursos humanos
Fraca Promoção das Potencialidades turísticas	Existência de recursos humanos Disponibilidade dos recursos turísticos
Insuficiência de infra-estruturas de apoio (Bombas de gasolina, casas de câmbio, Bancos)	Existência de bombas gasolineiras com menor capacidade Existência de infra-estruturas onde funcionaram bancos
Falta de um parque de estacionamento de viatura	Existência dos operadores turísticos Disponibilidade do espaço Existência dos recursos humanos
Falta de zoneamento da actividade turísticas	Existência de Espaço e técnicos
Sazonalidade exagerada	Existência de muitos recursos turísticos

Agricultura**Tabela 28: Problemas e potencialidades do sector de Agricultura**

Problemas	Potencialidades
Insuficiência de terra, aliada a infertilidade dos solos	_____
Escassez de chuvas/água	Existência de riachos com pequena capacidade de retenção.
Uso de técnicas agrícolas rudimentares	Existência de camponeses com vontade de desenvolver a agricultura mecanizada
Falta de crédito para os agricultores	_____
Queimadas descontroladas, aliadas a falta de comités de gestão dos recursos naturais	Existência de líderes comunitários com vontade de fiscalizar
Falta de equipamentos agrícolas	Existência de recursos humanos, créditos e meios de trabalho (terra).
Baixo aproveitamento dos recursos agrícolas (frutas)	Ilha de Moçambique, grande potencial na produção de mangas

Pescas**Tabela 29: Problemas e Potencialidades do Sector das Pescas**

Problemas	Potencialidades
Predomínio de uso técnicas nocivas	Existência de redes apropriadas para o efeito
Insuficiência de crédito ao sector pesqueiro	Existência de fundos de financiamento de projectos de iniciativa local
Falta de fiscalização pesqueira	Existência da legislação de pesca e técnicos Existência da administração marítima
Insuficiência de condições de conservação do pescado	Existência de câmaras de conservação com menor capacidade
Insuficiência de equipamentos de pesca	Existência de comerciantes ao nível da cidade
Falta de condições de trabalho	Existência de infra-estruturas degradadas e existência de Orçamento Geral do Estado

1.13.2. Sectores Sociais

Educação, Juventude e Tecnologia

Tabela 30: Problemas e Potencialidades do sector da Educação, Juventude e Tecnologia

Problemas	Potencialidades
Falta de residências para profissionais de educação	Existência de espaço no bairro de expansão de Sanculo
Baixo nível de escolaridade sobretudo nas mulheres	Existência de condições de ensino, (infra-estruturas escolares e professores) Existência de vagas nas escolas Existência da legislação que promovem a rapariga
Insuficiência de salas de aulas	Existência de fundos no âmbito de construções aceleradas de salas aulas
Baixa qualidade de ensino	Existência de técnicos pedagógicos e inspectores ao nível provincial.
Insuficiência de infra-estruturas desportivas	Existência de terrenos para o efeito e professores de Educação física
Falta de sinalização dos locais histórico-culturais	Existência de técnicos para o efeito
Falta de profissionais na área da acção cultural	Existência de técnicos ao nível nacional

Saúde

Tabela 31: Problemas e Potencialidades do sector da Saúde

Problemas	Potencialidades
Falta de equipamento cirúrgico e laboral para o hospital local	Existência de parcerias com as organizações não governamentais e fundos do orçamento do estado
Insuficiência de pessoal de saúde	Existência de algumas de mão-de-obra do sector em formação
Frequência de doenças como malária, diarreias, Sarampo e DTS.	Existência de redes mosquiteiras Existência de preservativo para a prevenção das DTSs
Fecalismo a céu aberto	Existência de alguns sanitários públicos
Insuficiência de centro de saúde	Existência de espaço e fundo do orçamento do estado

1.13.3. Infra-estruturas

Água

Tabela 32: problemas e potencialidades do sector de água

Problemas	Potencialidades
Deficiência no de abastecimento de água na Cidade	Existência de recursos humanos Existência de rios
Falta de contadores nas instalações dos consumidores	Existencia de escritórios de água Existencia de recursos humanos
Assoreamento da tubagem da conduta de água	Existencia do orçamento do estado

Estradas e Pontes

Tabela 33: problemas e potencialidades do sector de estradas e pontes

Problemas	Potencialidades
Fraca manutenção das vias de acesso	Disponibilidade de espaço Existência dos recursos humanos
Degradação das vias dos bairros de Chilapane, Natemba e Ampapa	Disponibilidade de espaço Existência dos recursos humanos

1.13.4 Mulher e Acção Social

Tabela 34: Problemas e Potencialidades do sector da Mulher e Acção Social

Problemas (factores)	Potencialidades
Muitas famílias chefiadas por mulheres	
Insuficiência de financiamento aos idosos	
O desemprego	Fundos de financiamento nos bancos Fundo de financiamento de iniciativas locais para geração de rendimento, existência da escola profissional

1.13.5 Património Cultural

Tabela 35: problemas e potencialidades do sector do património

Dificuldades	Potencialidades
Falta de condições de trabalho e recursos humanos	Recurso ao Orçamento Geral do Estado Existência de infra-estruturas reabilitadas e não reabilitadas Existência do orçamento geral do estado
Falta de estaleiros para aprovisionamento do material tradicional (cal, mucrussi, laca-laca e murapa).	Existência de ruínas do parque imobiliário do Estado
Degradação do património histórico-cultural	Existência de leis de conservação, investidores nacionais e estrangeiros Disponibilidade de recursos humanos
Falta de divulgação do património histórico-cultural	Existência de recursos humanos, comunidades e escolas.

II. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia económica distrital está orientada para trabalhar, melhorar e aproveitar as vocações produtivas do nosso distrito, ponderamos nossas potencialidades e vectores identificamos os prioritários. Consideramos assim, que o distrito posicionar-se-á de forma competitiva no mercado.

Para o desenvolvimento do Distrito é definida uma nova visão que vem criar uma hierarquia de objectivos desde os objectivos do PQG, PARPA, PEP Nampala 2010-2020, planeamento Sectorial, por meios de programas e sectoriais e prioridades definidas pelas comunidades que se desdobraram em acções e programas do Governo do Distrito.

2.1 Visão

No âmbito do desenvolvimento socio-económico da Cidade da Ilha de Moçambique, o Governo tem como visão, tornar esta Cidade num destino turístico-cultural privilegiado ao nível mundial, e pólo de desenvolvimento da pesca da região norte de Moçambique dada as potencialidades geográficas que a mesma apresenta.

2.1 Objectivos

Geral:

Preservar o Património Histórico-Cultural para promover o turismo e combater a pobreza absoluta

Específicos

- Continuar a preservar, conservar, e restaurar e divulgar o património histórico-cultural e outras potencialidades turísticas da Ilha de Moçambique.
- Aprovisionar infra-estruturas socio-económicas na zona continental, de modo a reduzir as assimetrias de desenvolvimento, consequentemente facilitar o descongestionamento da população na zona insular;
- Promover o saneamento do meio ambiente e estancar a prática do Fecalismo a céu aberto;
- Melhorar a articulação e coordenação de esforços de vários intervenientes (público e privado); para o desenvolvimento da Ilha
- Potenciar actividades de geração de rendimento em todas áreas existentes na cidade e rentabilizar os espaços históricos culturais, de modo a promover o auto-emprego.

2.3 Cenários de Desenvolvimento

O Distrito fez as análises de quais são suas potencialidades que sendo exploradas em maior escala e de forma organizada pela população contribuirão de forma importante para o desenvolvimento económico do Distrito.

Através duma metodologia participativa, foram identificados em 2008 como vectores prioritários como o turismo, pesca e sal. Em volta destes vectores, consideramos que a economia distrital poderá ser dinamizada com impactos importantes visíveis no aumento de rendimentos e na criação de emprego para a população e os empreendedores locais, os vectores abaixo identificados são explorados com maior escala com um potencial acentuada.

A projecção do crescimento da produção para o período 2010-2014 é aqui esboçada em 2 cenários, nomeadamente o de crescimento espontâneo (cenário “0”) e o do crescimento com base num plano de acção (cenário “1”), cujas características são descritas abaixo.

2.3.1 Cenário 0

Como se abordou no diagnóstico, alguns produtos apresentam taxas de crescimento demasiado elevadas, insustentáveis para efeitos de projecção a médio e longo prazo. Outros produtos possuem taxas de crescimento negativo influenciado pela taxa de crescimento do diagnóstico anterior o que leva a projecção do distrito atingir níveis de produção cada vez menor conforme se pode depreender no quadro a seguir.

Quadro : Projecção com base no crescimento espontâneo

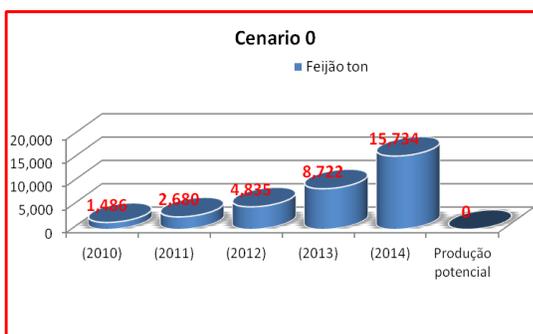
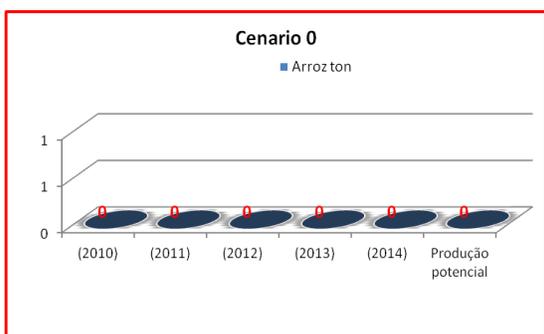
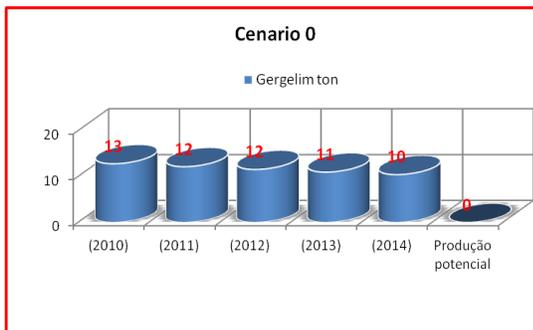
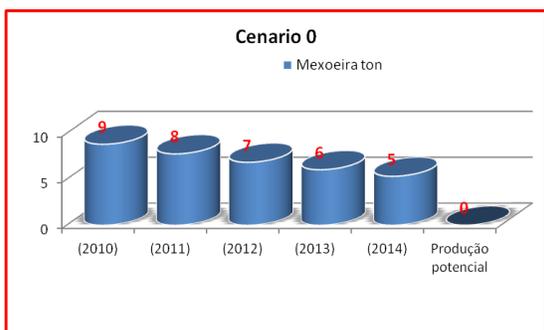
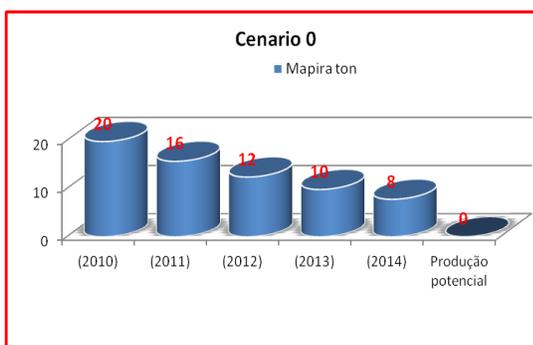
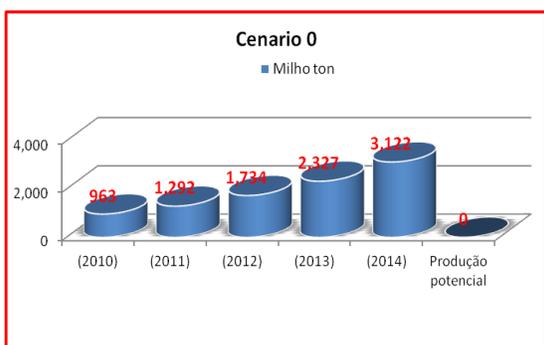
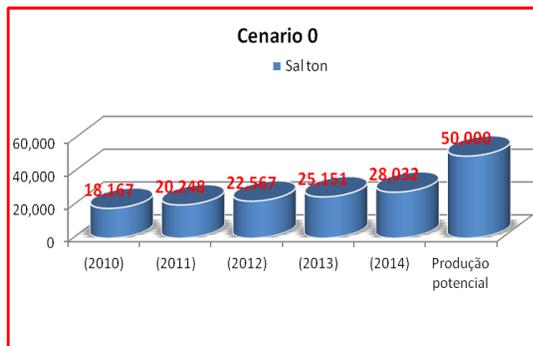
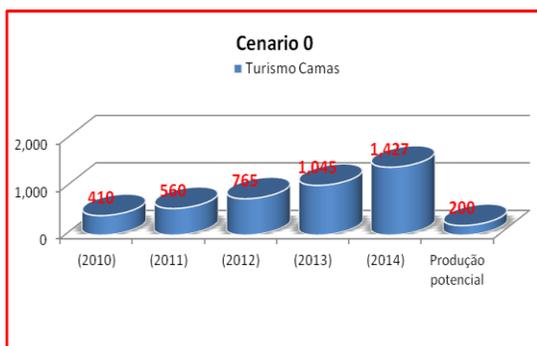
Produção 2010 -2014 (Projecção com base no Crescimento espontâneo) Cenário 0											
Produto	Unidade de Medida	Taxa de crescimento espontânea	Prod Real (Ano n-1)	Planificação (quantidades)							
				Ano n	Ano n+1	Ano n+2	Ano n+3	Ano n+4	Prod Potencial	Oportunidade de negócio 2014	% 2014/potencial
			2009	2010	2011	2012	2013	2014			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Turismo	Camas	36.6%	300	410	560	765	1,045	1,427	200	-1,227	713.4%
Peixe e mariscos	Ton	21.0%	28,762	34,812	42,134	50,997	61,724	74,707	80,000	5,293	93.4%
Sal	Ton	11.5%	16,300	18,167	20,248	22,567	25,151	28,032	50,000	21,968	56.1%
Milho	Ton	34.2%	718	963	1,292	1,734	2,327	3,122	(a)	-	-
Mapira	Ton	-20.8%	25	20	16	12	10	8	(a)	-	-
Mexoeira	Ton	-11.8%	10	9	8	7	6	5	(a)	-	-
Arroz	Ton	-100.0%	45	0	0	0	0	0	(a)	-	-
Feijão	Ton	80.4%	824	1,486	2,680	4,835	8,722	15,734	(a)	-	-
Amendoim	Ton	98.1%	778	1,540	3,051	6,043	11,971	23,712	(a)	-	-
Mandioca	Ton	44.0%	38,086	54,850	78,995	113,768	163,847	235,971	(a)	-	-
Gergelim	Ton	-5.0%	14	13	12	12	11	10	(a)	-	-
Castanha de caju	Ton	75.3%	155	271	476	834	1,461	2,561	(a)	-	-
Bovinos	Ton	-11.7%	2,061	1,820	1,607	1,419	1,253	1,106	(a)	-	-
Caprinos	Tn	18.0%	2,355	2,779	3,278	3,868	4,564	5,385	(a)	-	-
Galinhas	Cabeças	21.8%	10,251	12,488	15,213	18,533	22,577	27,503	(a)	-	-
Ovinos	Cabeças	28.1%	696	892	1,143	1,464	1,876	2,404	(a)	-	-

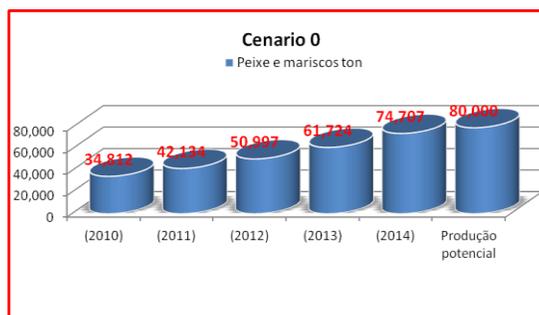
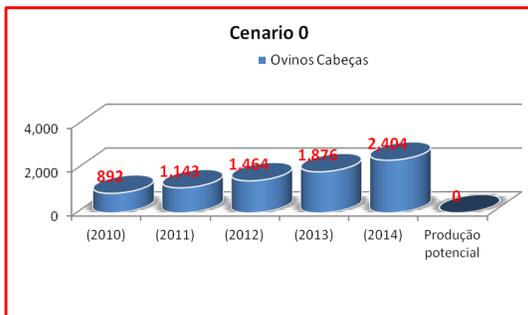
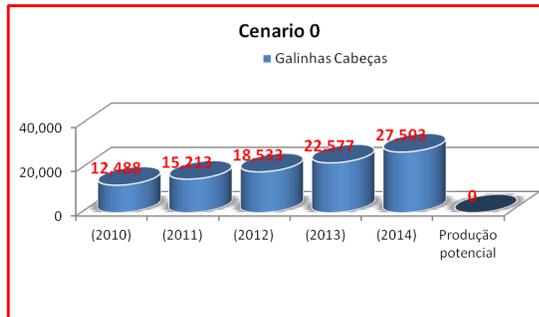
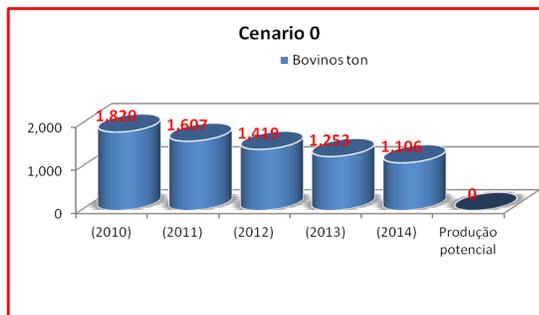
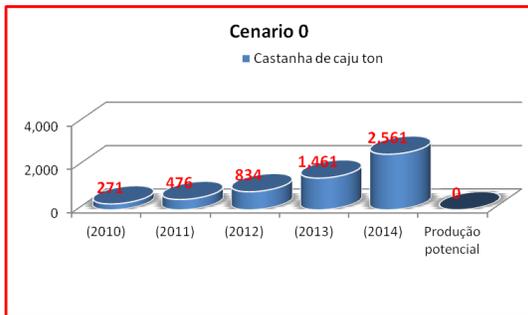
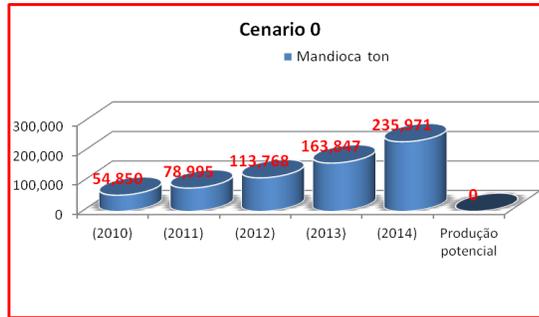
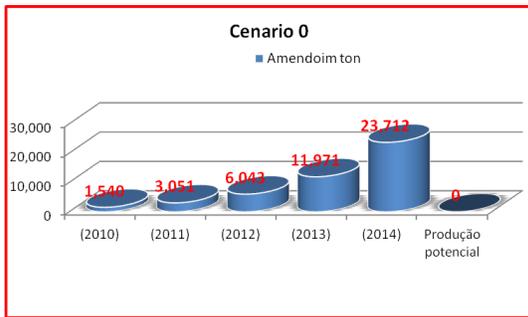
Fonte: Cálculos CTD e GTD-DEL/Memba

- a) Potencialidade não dimensionada, sequentemente não possui produção potencial e a percentagem da oportunidade de negócio.

Conforme a tabela acima, a projecção com base no crescimento espontâneo a exploração não chega a cobrir todo a potencial dos produtos Peixe, Turismo e Sal no quinquénio em programação.

Representação Gráfica do “Cenário 0”





2.3.2 Cenário “1”

O cenário 1 representa uma projecção de crescimento baseado num plano de acção acordado pelo CTD/GTD-DEL do distrito da Ilha de Moçambique. O peixe e mariscos, o turismo e o sal foram identificados dentre varias potencialidades com Vectores de Desenvolvimento Económico do distrito.

Neste cenário, diferentemente do que se passa com as demais potencialidades, que continuam a crescer com taxas insustentáveis, aqui ficou acordado que para estes produtos

temos as seguintes taxas de crescimento: Turismo 0% (apenas se pretende melhorar a qualidade das camas e outros indicadores), Peixe e mariscos 20%, Sal 20%.

Ficou aprovado também que para as restantes potencialidades continuarão a crescer com a taxa de 20%, igual a taxa do peixe e sal.

Quadro : Projecção com base Na Taxa do Plano de Acção

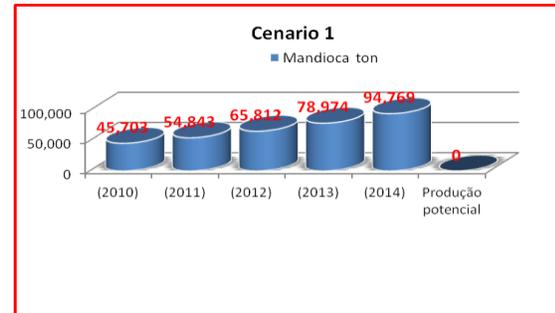
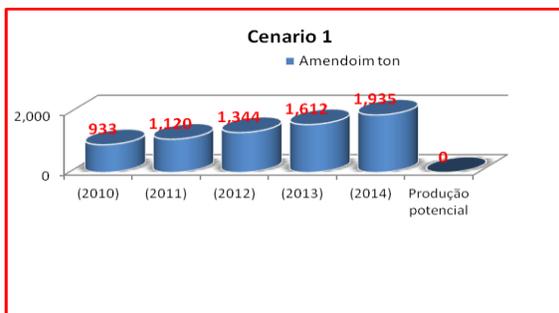
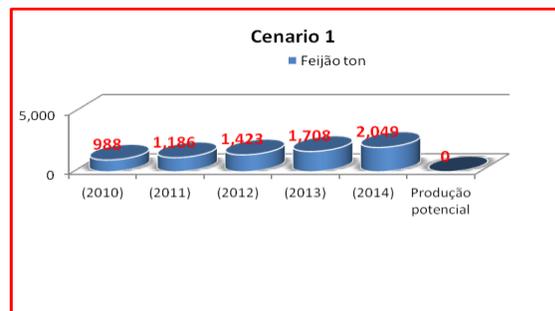
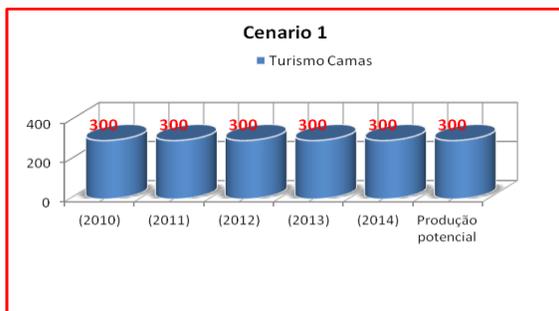
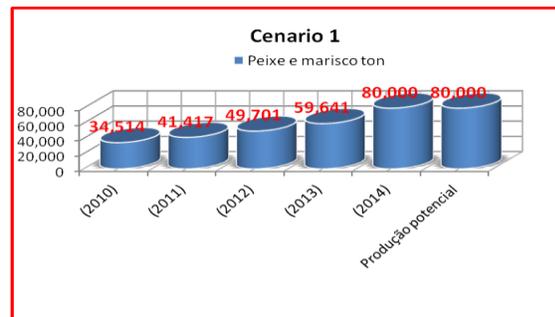
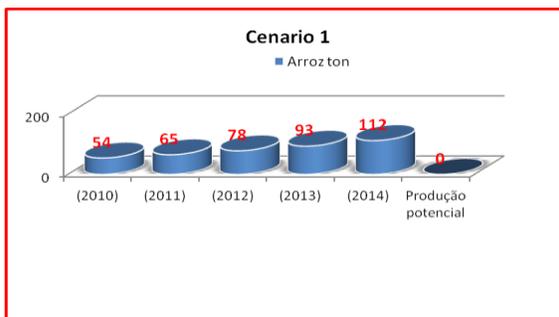
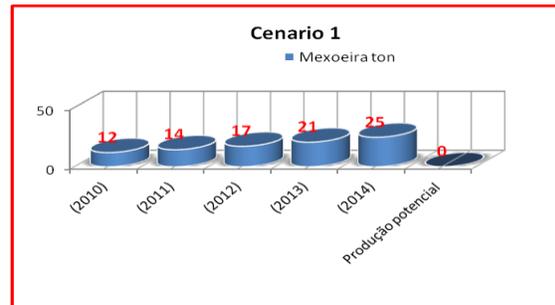
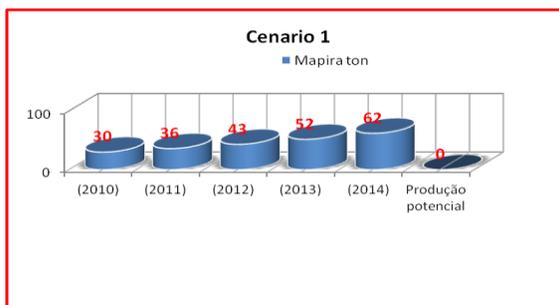
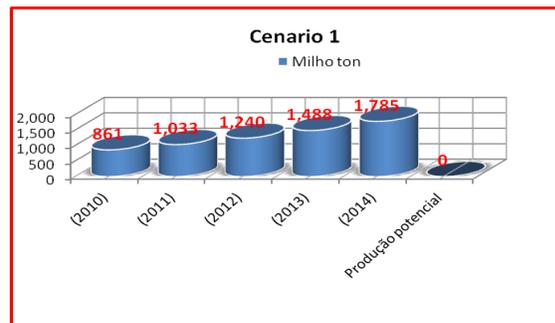
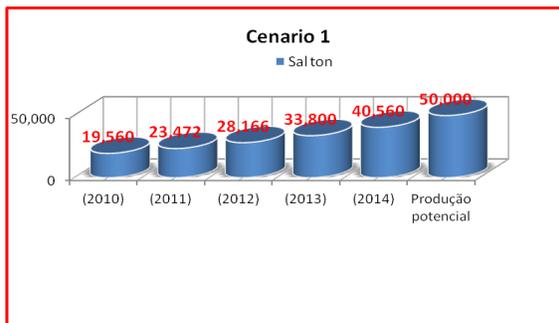
Produção 2010 -2014 (Projecção com base no Crescimento espontâneo) Cenário 1												
Produto	Unidade de Medida	Taxa de crescimento espontânea	Prod Real (Ano n-1)	Planificação (quantidades)								
				Ano n	Ano n+1	Ano n+2	Ano n+3	Ano n+4				
			2009	2010	2011	2012	2013	2014	Prod Potencial	Oportunidade de negócio 2014	% 2014/potencial	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Turismo	Camas	0.0%	300	300	300	300	300	300	300	300	0	100.0%
Peixe e marisco	ton	20.0%	28,762	34,514	41,417	49,701	59,641	80,000	80,000	0	100.0%	
Sal	ton	20.0%	16,300	19,560	23,472	28,166	33,800	40,560	50,000	9,440	81.1%	
Milho	ton	20.0%	718	861	1,033	1,240	1,488	1,785	(a)	-	-	
Mapira	ton	20.0%	25	30	36	43	52	62	(a)	-	-	
Mexoeira	ton	20.0%	10	12	14	17	21	25	(a)	-	-	
Arroz	ton	20.0%	45	54	65	78	93	112	(a)	-	-	
Feijão	ton	20.0%	824	988	1,186	1,423	1,708	2,049	(a)	-	-	
Amendoim	ton	20.0%	778	933	1,120	1,344	1,612	1,935	(a)	-	-	
Mandioca	ton	20.0%	38,086	45,703	54,843	65,812	78,974	94,769	(a)	-	-	
Gergelim	ton	20.0%	14	16	19	23	28	34	(a)	-	-	
Castanha de caju	ton	20.0%	155	186	223	268	321	385	(a)	-	-	
Bovinos	ton	20.0%	2,061	2,473	2,968	3,561	4,274	5,128	(a)	-	-	
Caprinos	Tn	20.0%	2,355	2,826	3,391	4,069	4,883	5,860	(a)	-	-	
Galinhas	Cabeças	20.0%	10,251	12,301	14,761	17,714	21,256	25,508	(a)	-	-	
Ovinos	Cabeças	20.0%	696	835	1,002	1,203	1,443	1,732	(a)	-	-	

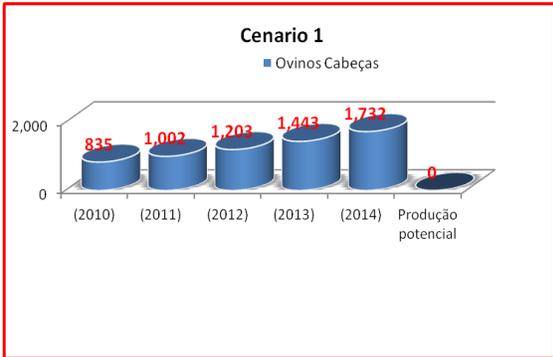
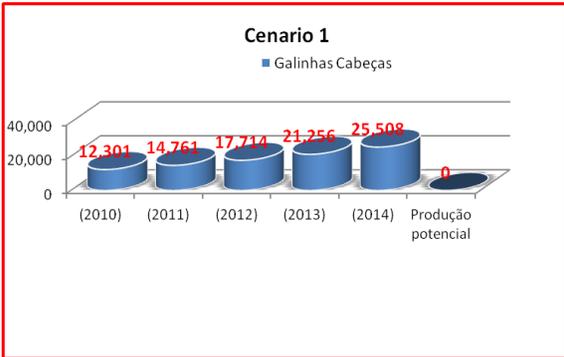
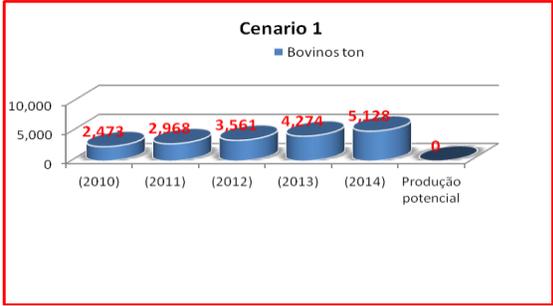
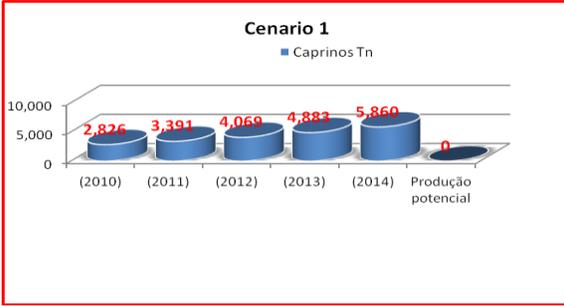
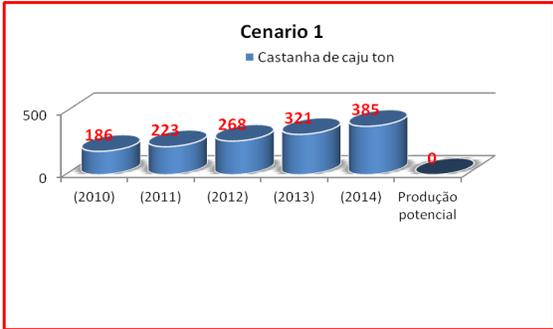
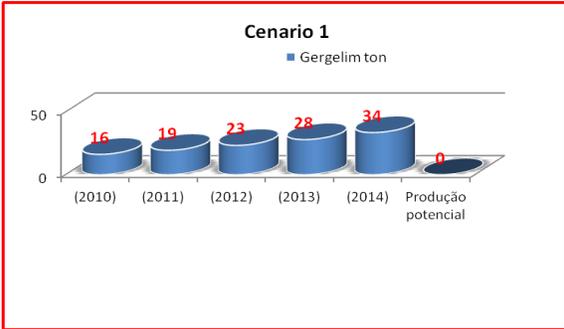
Fonte: Cálculos - CTD/ GTD-DEL Memba

- a) Potencialidade não dimensionada, consequentemente não possui produção potencial e a percentagem da oportunidade de negócio.

A tabela acima representada, mostra o cenário “1 da evolução da exploração das potencialidades económicas, em particular os vectores DEL, Turismo, Peixe e Sal no distrito da Ilha de Moçambique no quinquénio 2010 à 2014, com base a um plano de acção. Podemos verificar que a situação tem uma mudança com o plano de acção já que a produção aumenta consideravelmente para se alcançar os potenciais máximos destes produtos.

Graficos do Cenário "1"





2.4 VECTORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

O Conselho Técnico de Planificação em coordenação com o Grupo de Trabalho de desenvolvimento económico local de Ilha de Moçambique, em sessões de trabalho no quadro da planificação estratégica local com abordagem DEL integrada identificou 3 produtos como vectores DEL a partir da análise de várias potencialidades identificadas no Distrito, nomeadamente: peixe e mariscos, turismo cultural e sal.

2.4.1 Peixe e Mariscos

A pesca constitui a base de sobrevivência e de rendimento da maior parte das famílias da Cidade da Ilha de Moçambique. É principalmente assegurada pelo sector familiar, o que faz com que a sua prática seja em moldes tradicionais, isto é, predomínio do uso de técnicas artesanais, como por exemplo a rede de arrasto e o uso de canoas e barcos à vela. A pesca é desenvolvida pelos homens, cabendo as mulheres, crianças e velhos, no processo de recolha de mariscos. O pescado é vendido dentro da Cidade e outros pontos da província e do país.



Varias etapas da Cadeia de Valor do Peixe e Mariscos: pesca, conservação e comercialização

CADEIA DE VALOR DE PEIXE E MARISCOS

Situação Actual-Problemas (2)	Potencialidade e Sua Cadeia de Valor (1)	Soluções e Oportunidades de Negócios (3)
	Insumos	
A produção actual é de 28,762 Tn.	O potencial total de produção sustentável da pesca é de 80.000 Tn	Oportunidade de negócio para captura sustentável de peixe em 51.238 Tn para atingir o potencial do Distrito.
Toda produção actual é feita por 5.200 pescadores.	Para o potencial de 80.000 Tn são necessários 18.300 pescadores	Oportunidade de negócio para entrada em actividade de mais 13.100 pescadores.
100% da produção actual é feita por 300 barcos e 20 canoas, sem capacidade adequadas para navegar até ao alto mar.	São necessários: 2.000 barcos à vela; 100 barcos a motor	Oportunidade de negócio para 10 Micro empresas de carpintaria naval com capacidade para construção de mais 3.000 barcos.
Dos 5.200 pescadores, cerca de 2.800 pescadores usa redes de baixa qualidade incluindo redes mosquiteiras.	Redes: 500; anzóis:	Oportunidade de negócio venda de redes de qualidade à 6 Micro empresas e outros para a intervenção no pescador (Produção ou venda de redes de pesca e anzóis para

	20.000	2.800 pescadores).
Apenas 20 barcos têm colmans para conservação do pescado.	Colmans: 2.100 sendo 1 para cada embarcação	Negócio de venda de cerca de 3.000 colmans de gelo.
	Produção	
28.762 Tn de peixe não são conservados num sistema de frio adequado.	1 Sistema de frio para conservação do pescado	Negócio de produção e venda de 100.000T/ano de gelo para abastecer um sistema de frio colectivo (comerciantes e pescadores).
Da produção actual, 20% foi financiada pelo FDD, 20% por Fundo de pesca e 60% foi feita com recurso a fundos próprios.	Financiamento da produção em 25 % pelo FDD, 25 % por fundo de pesca e 50% por instituições de micro crédito	Oportunidade de negócio para 03 agências de microcrédito com condições financiar 50% da produção pesqueira.
Actualmente, 2.800 pescadores desconhecem melhores técnicas de pesca.	18.300 Pescadores conhecem técnicas melhoradas de pesca	Oportunidade de negócio para Capacitação de 15.900 pescadores em técnicas e gestão pesqueira
	Transformação	
Actualmente o processamento de peixe é feito por secagem e fumagem (10%) e molde familiares sem empacotamento.	50% da produção processada e empacotada: em postas, em conservas, e outras formas	Capacitação e Assistência técnica em matérias de processamento de pescado aos pescadores
	5 Técnicos para assistir a área pesqueira (produção, transformação e comercialização)	02 Unidades de processamento e empacotamento de 60% do pescado (filetar enlatar).
Actualmente apenas 1 técnico assiste a área pesqueira.		4 Novos técnicos extensionistas para assistir a cadeia de valor de peixe e mariscos.
	Comercialização	
A produção actual é escoada em 100 Km internos de estradas em precárias condições de transitabilidade.	Vias de acesso numa extensão total de 100 Km	Oportunidade de negócio para intervenção de microempresas de manutenção de estradas em 100Km de estrada.
100% da produção comercializada no Distrito de Monapo e Cidade de Nampula é transportada em viaturas impróprias.	2 Viaturas com frigorífico Para escoamento do pescado	Venda de duas viaturas com câmaras frigoríficas para escoar 100% da produção comercializada em Monapo e Nampula
O peixe da Ilha não é conhecido como tal, por falta de marketing.	Promover o marketing do peixe da Ilha de Moçambique (publicitar através de folhetos)	Criação de marca e embalagens características do peixe da Ilha de Moçambique e publicidade em folhetos.

Plano de Acção, vector peixe e marisco

Para alcançar as metas propostas para o ano 2014, devemos cumprir com o seguinte Plano de Acção

Acções	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Aumentar a produção a 51.238 Tn/ano de Peixe		x	x	X	x	51.238
Promoção de 10 microempresas de carpintaria naval de 10 elementos cada para fabrico de 3.000 barcos a vela e a remo e a motor		4	4	2		10
Entrada em actividade de 13.100 pescadores		5.000	8.000	10.000	13.100	13.100
Entrada em actividade de 13.100 pescadores						
Intensificar a sensibilização ao não uso de redes mosquiteiras para a pesca devido a poluição do mar		2	2	2	2	8
Manutenção de 100 km de vias de acesso a zona costeira		50	50			100
Contratar mais 4 técnicos da área de pesca para o Distrito		4	4			10
Identificar o tipo de arte de pesca adequada para o mar aberto		1	1			2
Capacitar a 15.900 pescadores em técnicas melhoradas de processamento e em novas técnicas de conservação do pescado.		x	x	X	x	15.900
Capacitar a 15.900 pescadores em gestão pesqueira		x	x	X	x	15.900
No âmbito do FDD financiar a abertura de uma loja de venda de insumos pesqueiros na vila sede		1				1
Instalação de 02 Unidades de processamento e empacotamento de 60% do pescado (filetar enlatar).		1	1			2
No âmbito do FDD financiar 2 microempresas para aquisição de 2 câmaras frigoríficas		1	1	1		3
Instalação de uma fabrica de produção e venda de 100.000T/ano de gelo aquisição de um sistema de frio colectivo (comerciantes e pescadores)		1				1
Mobilizar financiamento para mais 50 pescadores independentes de pesca linha		10	20	15	5	50
Aquisição de uma viatura com câmara frigorífica			1			1
Estudo de identificação de mercados e preços do peixe		1				1
Monitoria da implementação das acções		2	2	2	2	10
Avaliação do impacto das acções					1	1

2.4.2. Vector Turismo

Sendo considerado o Património Mundial e Cultural da Humanidade pela UNESCO desde 1991, a Ilha de Moçambique possui uma diversidade de atractivos turísticos que constitui uma janela impar ao logo da costa moçambicana para investimento.

O sector da hotelaria é um dos que mais dinheiro faz circular no distrito pelo fluxo de visitantes e turistas no local.



Atrativos turísticos da Ilha da Moçambique: Museu de São Paulo (antigo convento Jesuíta e Palácio dos Governadores), Hotel Omuhipiti, Praia da Ilha de Moçambique

CADEIA DE VALOR DO TURISMO

Situação Actual – Problemas 2	Potencialidade e sua cadeia de valor 1	Soluções e Oportunidades de negócios 3
	Insumos	
Fluxo actual de 100 turistas por semana.	Sol limpo, praia, sítios turísticos, monumentos históricos, cultura & tradições e hotéis para o potencial 200 turistas/semana.	Oportunidade de negócio para operadores turísticos aumentar a prestação de serviços de 100 para 200 turistas/semana.
Actualmente existem 300 camas/dia, 2 hotéis, 1 pensão, 1 loge, com condições normais para os turistas. (Hotel Omuhipite, Hospedagem Watolofu, Quintalinho, Escondidinho, casa chame e outros)	<u>Alojamento</u> 300 camas/dia, 2 hotéis, 1 pensão, 1 loge, com excelentes condições para alojar 200 turistas/semana.	Oportunidade de negócio para 1 microempresa de reabilitação de imóveis, 1 de construção civil, 1 de fornecimento de mobiliário melhorar as condições de alojamento de 300 camas, 02 hotéis, 05 restaurantes, 10 bares, 1 loge, 1 pensão.
A estadia média dos turistas è de 2 dias, sendo alimentados por (Hotel omuhipite, Bar Watolofu, Take away Sakina, Quintalinho, escondidinho, e outros)	5 Restaurantes e 10 bares de 720 cadeiras/dia com excelentes condições para satisfazer a demanda dos turistas em 4 dias.	Oportunidade de negócios para 5 restaurantes e 10 bares de 720 cadeiras/dia fornecer comida típica da Ilha, bebidas, actividades culturais para aumentar a estadia dos turistas de 2 dias para 4 dias.
	Serviços Diversos	
100 Turistas por semana percorrem as lindas praias do distrito, os monumentos, as estradas e	Visita via fluvial a Ilha de Moçambique, Pesca e caça	Produzir informação, promover viagens fluviais por 1 Barco a motor, com capacidade para 30 pessoas, caça

povoações a partir de informação verbal ou apanhada na cidade de Nampula ou via internet evidenciando-se a carência de produtos turísticos e informação afim no distrito.	desportiva, campismo, Roteiro cultural, Sol limpo, Monumentos históricos, Cultura e tradição, História dos Portugueses em Moçambique.	e pesca desportiva, produzir brochuras, folhetos, posters e guias turísticos para promoção do Turismo na Ilha de Moçambique através do BIT, SDAE, Agentes económicos, e associação de turismo local.
Mão-de-obra não qualificada na área de turismo (aproximadamente 160 pessoas).	160 Prestadores de serviços qualificados na área de turismo	Oportunidade de negócio para instituições de capacitação e assistência técnica, para capacitar 160 pessoas em serviços turísticos
Pouca informação turística e histórica da Ilha de Moçambique	Produzir brochuras, folhetos, posters e guias turísticos para promocional a Ilha de Moçambique.	Criação de um negócio de imprensa para produzir materiais de interesse turístico: contos, lendas, mapas, e outros.
As associações locais de turismo exercem seus negócios turísticos com pouca competência.	Associações locais envolvidas no turismo com competências de empreendedorismo, liderança, organização e gestão.	03 Instituições de capacitação e assistência técnica para realizar 9 capacitações dos negócios turísticos em empreendedorismo, organização e gestão de negócios.
Os atractivos da Ilha de Moçambique não são feitos o respectivo marketing a nível local bem como alem fronteira.	Criar uma imagem para o destino; Desenvolver o conhecimento sobre os segmentos de mercados; Desenvolver materiais de promoção da Ilha.	Realizar o marketing dos atractivos de turismo na Ilha de Moçambique, desenvolver o conhecimento sobre os segmentos de mercados, materiais de promoção da Ilha de Moçambique
A entrada e saída dos turistas no distrito, os valores gastos, monumentos visitados e outros aspectos da vida dos turistas não é sistematizada no distrito.	1 Sistema de colecta de informações estatísticas fiáveis de estadia de turistas para a programação.	Criar 1 sistema de colecta de informações estatísticas fiáveis de estadia de turistas para a programação.

Plano de Acção, vector Turismo

Para alcançar as metas propostas para o ano 2014, devemos cumprir com o seguinte Plano de Acção

Acções	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Aumentar a prestação de serviços de 100 para 200 turistas/semana.		x	x	x	x	x
Criação de 1 microempresa de reabilitação de imóveis, 1 de construção civil, 1 de fornecimento de mobiliário melhorar as condições de alojamento de 300 camas, 02 hotéis, 05 restaurantes, 10 bares, 1 loge, 1 pensão.		1				1
5 restaurantes e 10 bares de 720 cadeiras/dia fornecem comida típica da Ilha, bebidas, actividades culturais para aumentar a estadia dos turistas de 2 dias		x	x	x	x	x

para 4 dias.						
Produzir informação, promover viagens fluviais por 1 Barco a motor, com capacidade para 30 pessoas, caça e pesca desportiva, produzir brochuras, folhetos, posters e guias turísticas para promoção do Turismo na Ilha de Moçambique através do BIT, SDAE, Agentes económicos, e associação de turismo local.		x	x	x	x	x
Capacitar e assistir tecnicamente 160 pessoas em serviços turísticos		60	90	10		160
Criação de um negócio de imprensa para produzir materiais de interesse turístico: contos, lendas, mapas, e outros.		x	x	x	x	x
Realizar 9 capacitações dos negócios turísticos em empreendedorismo, organização e gestão de negócios.		3	3	3		9
Realizar o marketing dos atractivos de turismo na Ilha de Moçambique, desenvolver o conhecimento sobre os segmentos de mercados, materiais de promoção da Ilha de Moçambique		x	x	x	x	x
Criar 1 sistema de colecta de informações estatísticas fiáveis de estadia de turistas para a programação.		x				x

2.4.3 Vector Sal

Sal é outro vector de Desenvolvimento Económico Local da Ilha de Moçambique, consumido de várias maneiras sobretudo como um produto de alto teor comercial para os distritos, províncias e países do interior.



Varias etapas da Cadeia de Valor do Sal: produção, iodização e conservação

CADEIA DE VALOR DE SAL

Situação actual- Problemas (2)	Potencialidade e sua cadeia de valor (1)	Soluções e oportunidades de negócios (3)
	Insumos	
A produção actual de 16.300 Tn.	O potencial total de produção sustentável de sal é 50.000 Tn	Extracção de 33.700 Tn de sal por época.
A produção actual de 16.330 Tn de sal é feita por 2.200 Trabalhadores.	Para o potencial de 50.000 são necessários 3.628 trabalhadores	Contratação de 1.428 trabalhadores.
	Produção	
100% da produção actual (16.300 Tn) é extraída em cerca de 212 Há.	Potencial para extracção de 50.000 Tn do sal numa área de 560 Ha	Incrementar as salinas numa área de em 348 Há.
45% da produção (7.335 Tn) é conservada em 6 armazéns, sendo a restante acumulada fora de armazém.	São necessários 16 armazéns para um potencial de 50.000 Tn de Sal	Construção de 10 armazéns para os micros produtores de sal para conservar 46.665 Tn de sal.
440 produtores usam técnicas não adequadas de exploração do sal	100% de produtores conhecem técnicas adequadas de extracção do sal	2 Empresas de Formação técnica para capacitar 1.860 produtores em técnicas de extracção do dal.
Da produção actual, 10% foi financiada pelo FDD e os restantes 90% pelo de recursos próprios.	Financiamento da produção em 30% pelo FDD, 70% por outras fontes	Financiar 100% da produção do sal financiada, sendo 30% pelo FDD e 70% por Bancos, Instituições de micro finanças, Fundos de fomento.
	Transformação	
Actualmente produz-se sal não iodado.	50.000 Tn de sal Iodado	1 Empresa especializada no ensino de técnicas e fiscalização para a

		iodização do sal.
	Comercialização	
16.300 Tn de Sal foram transportados para a comercialização através de 5 viaturas do tipo camião dedicam-se ao transporte do sal.	13 viaturas para transportar o Sal aos mercados de Nampula, Malawi e outros	Venda de 8 viaturas para o transporte do sal aos principais mercados (Cidade de Nampula, Malawi e outros).
A produção actual é escoada em 100 Km internos de estradas em precárias condições de transitabilidade.	Vias de acesso numa extensão total de 100 Km	Manutenção de 100Km de estrada dentro do distrito.
O Sal da Ilha de Moçambique não é conhecido como tal, por falta de marketing.	Promover o marketing do peixe da Ilha de Moçambique (publicitar através de folhetos)	Criação de marca e embalagens características típicas do sal da Ilha de Moçambique e publicidade em folhetos e outros meios de comunicação.

Plano de Acção, vector Sal

Para alcançar as metas propostas para o ano 2014, devemos cumprir com o seguinte Plano de Acção

Acções	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Extrair de 33.700 Tn de sal por época.	x	x	x	x	x	
Reorganizar a lidarança na produção do sal (revitalizar o funcionamento) com todos os salineros	x	x				
Legalizar as áreas já ocupadas	X	x	x			
Fazer estudos de viabilidade ambiental em 5 áreas	X	X				
Melhoramento do processo de produção do sal com a introdução e compra de 50 motobombas	25	25				50
Aumentar em 1.428 os postos de trabalho	500	300	400	228		1.428
Melhorar a qualidade do produto mediante a introdução de iodo. Compra de 10.000 litros de iodo	5.000	5.000				10.000
Capacitação em novas técnicas de produção de sal a 1.860 trabalhadores	500	500	500	360		1.860
Capacitar e assistência técnica em gestão de negócio a 300 empresários, gestores e associações de salineiros	300					300

Reparação e manutenção de um total de 100 km de estrada de acesso a localidade e sede do distrito	30	30	30	10		100
Identificar novos mercados	x	x				
Aquisição de 5 camiões para transporte do sal		2	2	1		5
Aquisição de um sistema de empacotamento do sal		1				1
Aumentar a capacidade de armazenamento do sal, com a construção de 10 armazenes		5	5			10
Aquisição de 10 dampers		10				10
Capitação de 500 pessoas entre empresários e trabalhadores salineiros em planificação e gestão de negociação		500				500
Difundir o negócio do sal, mediante 500 folhetos for do distrito	500					500
Abertura de uma loja de venda de insumos	1					1

Marketing Territorial
“Maka on’ hipithi”

III. PROGRAMA DE ACÇÕES

Neste capítulo, vai-se fazer a apresentação das actividades ou acções a serem realizadas conforme os Objectivos Operacionais e aquilo que são os resultados das negociações com os parceiros e actores do Distrito.

Para a concretização das acções que vem na matriz, em anexo, o Governo do Distrito conta com os fundos do Orçamento do Estado, financiamentos externos, doações e a contribuição dos agentes económicos.

O Plano ora elaborado tem um horizonte temporal de 5 anos, isso implica que para a sua materialização ou operacionalização por cada ano será elaborado um Plano Económico e Social (PES). A elaboração do mesmo vai envolver todos os actores do Distrito e os membros dos CC's dos diferentes níveis.

O Plano é o fruto de uma planificação descentralizada, as comunidades, povoações, localidades e os Postos Administrativos desempenharam uma função preponderante na elaboração das acções e tiram o mesmo papel na sua implementação, avaliação e monitoria.

3.1 IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NO TERRITÓRIO PRIORITÁRIO

3.1.1. Estratégia

Pela natureza da sua história, a Ilha de Moçambique foi em 1991 declarada Património Mundial da Humanidade. Assim sendo, a conservação e a preservação deste património constitui uma necessidade urgente, com vista a salvaguardar a sua autenticidade e integridade.

Este Património Histórico-Cultural que se pretende conservar e preservar, depara-se com sérios problemas, ou seja, encontra-se num estado avançado de degradação, sobretudo na zona insular da Ilha, onde se verifica a elevada densidade populacional, estimada em 117hab/km², agudizando problemas de saneamento e proliferação de doenças endémicas.

É Nesse contexto que o presente plano de desenvolvimento da Cidade da Ilha de Moçambique, adopta a seguinte estratégia: ***Potenciar o continente para preservar o património histórico-cultural.***

Assim, as acções dos diferentes intervenientes deveram ser direccionadas em torno da estratégia, proporcionando a construção de infra-estruturas socio-económicas e criação de novos postos de trabalho, potenciando em recursos humanos, agrícolas, pesqueiros e turísticos, existentes na zona continental, como forma de descongestionar a zona insular.

Desta feita, permitir-se-á o melhoramento do saneamento do meio na zona insular e consequentemente a redução de enfermidades que afectam a população. Para isso, o presente plano estratégico assenta-se de entre vários aspectos no desenvolvimento do capital humano, social e institucional.

3.2. Processos Fundamentais de Implementação da estratégia

3.2.1. Coordenação entre sectores e envolvimento comunitário

A Coordenação entre sectores é uma componente fundamental no processo de desenvolvimento, pois garante a implementação eficaz das acções. Portanto, em todos os processos de planificação anual das actividades da Cidade, os sectores chaves do Governo, bem como a comunidade local, representada pelo e conselho consultivo serão envolvidos com vista a harmonizar objectivos a alcançar.

3.2.2. Identificação das Acções Prioritárias

Com vista a garantir a implantação eficaz da estratégia, urge a necessidade de definir as acções prioritárias. Neste contexto, os actores de desenvolvimento irão permitir que os escassos recursos existentes possam cobrir as necessidades primárias da população.

3.3. O Papel dos Actores de Desenvolvimento

3.3.1. Papel do Estado e das Autoridades Tradicionais

Ao estado compete o seguinte:

- Garantir a atracção de investimentos nacionais e estrangeiros; e facilitar as modalidades da sua aplicação;
- Facilitar e regular o desenvolvimento da cidade e criar condições que promovam crescimento socio-económico;
- Reabilitar, expandir e modernizar as infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, com prioridades nas zonas mais carenciadas,
- Apoiar iniciativas de promoção de micro indústrias e outros projectos de desenvolvimento socio-económicas na zona continental;
- Incentivar a população no uso sustentável das potencialidades que a Cidade dispõe;
- Fornecer produtos turísticos, pesqueiro e agro-pecuários competitivos aos mercados nacionais e internacionais;
- Sensibilizar a população o espírito de associativismo, com vista a desenvolver o auto emprego, principalmente na camada juvenil.

Financiamento da Estratégia

- Atrair investimentos nacionais e estrangeiros;
- Impulsionar a actividade económica através de pequenos investimentos de geração de rendimento;
- Estimular a parceria com a ONGs;
- Aumentar a receita própria.

3.3.2. O Papel da Autarquia Local

Compete a autarquia local as seguintes acções:

- Mobilizar os munícipes a empenhar-se activamente na realização de actividades que visam eliminar a fome e a pobreza;
- Divulgar as potencialidades turísticas da cidade e atrair investimentos turísticos;
- Criar condições de saneamento do meio ambiental na Cidade;

- Assegurar o ordenamento territorial, definindo as áreas de acordo com as suas potencialidades;
- Incentivar o alargamento do comércio formal na zona continental;
- Garantir a conservação e preservação do património Cultural tangível e intangível;
- Manter a postura municipal, através da criação de polícia camarária;

3.3.3. O Papel do Sector Privado

Compete ao sector privado as seguintes acções

- Promover actividades tendentes a impulsionar o desenvolvimento socio-económico, criando novos postos de emprego para os residentes da Cidade;
- Participar no processo de implementação das normas emanadas pelo governo que visem a operacionalização de projectos de desenvolvimento;
- Criar condições para introduzir o uso de tecnologias agrícolas, pesqueiras e de outras áreas de desenvolvimento sócio económico com vista a elevar o nível de vida das populações
- Contribuir na construção e reabilitação das infra-estruturas sociais

Importa salientar que todos actores deverão facilitar a investigação, preservação e divulgação do património tangível e intangível da Cidade.

3.4. Principais Actividades Sectoriais a serem desenvolvidas

Para concretização dos objectivos da visão e da estratégia, diversas acções serão levadas a cabo em todas áreas de actividade a saber:

3.4.1. Área de Educação, Juventude e Tecnologia

3.4.1.1. Educação

- Expandir a rede escolar a todos níveis para a zona continental, como forma de responder a demanda;
- Reduzir em 50% a taxa de analfabetismo, actualmente estimada em 73,3% e em 35% dos homens, estimada actualmente em 50,1%;
- Construir 30 novas salas de aulas aumentar a oferta de vagas;
- Introduzir novos cursos elementares no ensino técnico profissional, ajustando as realidades da Cidade;
- Expansão da rede escolar, bem como jardins-de-infância (creches);
- Aumentar o efectivo de professores com formação psico-pedagógica em todos os níveis de ensino;
- Implementar a estratégia sectorial de prevenção e combate ao HIV SIDA;
- Continuar a identificar e incentivar os inovadores;
- Equipar as escolas de Djembesse, Massicate, 16 de Junho e Josina Machel em equipamento informático;
- Transformar 50% das escolas do EP1 em EPCs;
- Introduzir o nível superior;
- Reduzir as taxas de reprovações no EP1 para 10%;
- Construir um lar para estudantes.

3.4.1.2. Juventude

- Fomentar o associativismo juvenil com vista a criar oportunidades de emprego e auto-emprego

- Incentivar os jovens a participar no processo de preservação e conservação do património histórico e cultural e fomento do turismo
- Promoção de parcerias para implementação dos programas “Geração BIZ ”e “meu futuro é a minha escolha”, no quadro de prevenção e combate ao HIV SIDA.

3.4.1.3. Desporto

- Reactivar as práticas do futebol salão e 11, bem como do atletismo;
- Mobilizar investimentos para a formação de uma equipa federada para representar a cidade em altas competições;
- Mobilizar investimentos para garantir a realização de jogos desportivos escolares anuais;
- Alargar a rede de infra-estruturas desportivas na zona continental;
- Promover a criação de núcleos desportivos nas escolas com vista a identificar novos talentos;
- Aprovisionar o material desportivo indispensável para a prática de todas modalidades desportivas

3.4.1.4. Cultura

- Incrementar intercâmbios culturais ao nível do Distrito e Província;
- Estabelecer parcerias para promoção de festivais culturais anuais destinados a divulgação do potencial cultural da Ilha de Moçambique;
- Apetrechar a biblioteca Distrital e construir uma casa da cultura;
- Incentivar os jovens a produzir instrumentos de jogos tradicionais e a sua prática;
- Erguer o Monumento Samora Moisés Machel;
- Reactivar as bibliotecas escolares em todas as escolas da Cidade;
- Incentivar aos jovens o gosto pela leitura
- Desenvolver actividades de costura, culinária em todas as associações e grupos culturais, através de parcerias com as ONGs e outros actores da sociedade.

3.5. Saúde mulher e acção social

3.5.1. Saúde

- Reduzir a incidência previsível através de vacinação de crianças;
- Aumentar a capacidades das unidades sanitárias para diagnosticar HIV e SIDA e tratar doenças associadas a ela.
- Construir mais postos de saúde

3.5.2. Mulher

- Consciencializar a sociedade civil na matéria sobre os direitos da mulher;
- Incentivar a participação da mulher em órgão de tomada de decisões;
- Incentivar a participação da mulher no processo promoção do associativismo feminino no desenvolvimento do turismo;
- Assegurar a permanência da rapariga na escola e apoiar a mulher chefe de familiar no desenvolvimento de projectos de geração de rendimentos;
- Desencorajar actos de violência contra mulher.

3.5.3. Acção social

- Garantir assistência social aos grupos vulneráveis;

- Prosseguir com assistência aos idosos abrangendo 800 pessoas, em relação aos actuais 420 beneficiários;
- Garantir assistência médica e medicamentosa a pessoa idosa e vulnerável;
- Criar um centro de apoio a velhice;
- Estabelecer parcerias com o sector privado com vista a adquirir 30 carrinhas de rodas para pessoas portadoras de deficiência, em particulares as crianças com idade escolar;
- Promover o registo de crianças a nascença;
- Estabelecer parcerias com as organizações humanitárias para abertura de 5 escolinhas comunitárias nos bairros de Nacoza, Suio, Macicate, Sanculo e Ampapa para crianças até aos 5 anos de idade.

3.6. Abastecimento de água, Saneamento e habitação

3.6.1. Abastecimento de água

- Assegurar a reabilitação do sistema de abastecimento de água, operacionalizando 12 km de conduta e montagem do ramal para o bairro do Sanculo numa extensão de 3kms;
- Montar contadores nas instalações dos consumidores;
- Construir 4 furos de captação no bairro de Entete;
- Construir e reabilitar poços, furos de fontanário públicos na zona continental elevando a taxa de cobertura dos actuais 48.8% para 75% em 2012 e servindo cerca de 39.750 pessoas;
- Construção de um depósito elevado na vila de Lumbo.

3.6.2. Saneamento do meio

- Reconstruir o sistema de drenagem nos bairros da cidade de macuti;
- Melhorar o sistema de recolha de lixo na cidade;
- Desassorear os esgotos na cidade de pedra e cal;
- Assegurar a construção de mais latrinas públicas e caseiras cobrindo a orla marítima para o combater o fecalismo a céu aberto;
- Introduzir a recolha de lixo na zona continental;
- Reflorestar a costa;
- Desencorajar a prática de queimadas descontroladas na zona continental através de criação de comités de gestão florestal.

3.6.3. Infra-estruturas e Habitação

- Atrair investimentos para a reabilitar o lar dos professores;
- Construir um centro internato na zona continental;
- Promover o acesso a habitação adequada através do fomento do fabrico de material local de construção a baixo custo e formação de unidades de construção;
- Construir 15 casas para funcionários;
- Reabilitar a estrada Entete/Ampapa numa extensão de 17 km;
- Garantir a realização periódica de obras de manutenção de edifícios públicos;
- Construir um banco de dados sobre edifícios degradados pertencentes a pessoas singulares e não residentes na lha de Moçambique;
- Construir de 20 sanitários públicos, incluindo escolares.

3.7. Turismo.

3.7.1. Área de alojamento e restauração

- Alargar a rede de infra-estruturas de alojamento turístico para a zona continental com a construção de hotéis e residenciais, restaurantes de diversas categorias;
- Reabilitar a linha férrea Monapo-Lumbo para incentivar o Turismo via ferroviária através da circulação de comboio a vapor;
- Ampliar o aeródromo do Lumbo para incentivar o estabelecimento de carreiras aéreo, ligando Ilha a outros pontos do país e do mundo;
- Reabilitar a ponte de caz para o fomento do turismo de massa;
- Construir um balcão de informação turística para facilitar a orientação dos turistas na Cidade;
- Garantir o zoneamento da actividade turística para facilitar o enquadramento dos projectos do sector;
- Construir um parque de estacionamento de viaturas na zona continental com vista a garantir a segurança dos veículos que chegam na Cidade;
- Incentivar o sector privado a melhorar as condições dos seus serviços com vista a concorrer no mercado nacional e internacional;
- Promover a capacitações aos operadores e seus empregados de modo a elevar o nível de serviços.

3.7.2. Área de Lazer

- Garantir o uso e aproveitamento dos locais históricos para o fomento do turismo cultural;
- Potenciar actividades de lazer já existentes e criar condições de prática de actividades de mergulho e pesca desportiva;
- Garantir o envolvimento da comunidade no fornecimento das actividades de lazer mais típicas.

3.7.3. Promoção e conservação

- Apoiar o Gabinete de conservação na sinalização de espaços históricos de modo a promover o desenvolvimento do turismo cultural;
- Garantir que os operadores, turistas e a comunidade se integrem nos processos de conservação;
- Garantir a promoção anual das nossas potencialidades turísticas em feiras nacionais e internacionais;
- Desenhar um guia turístico da Cidade da Ilha de Moçambique.

3.7.4. Sector de Património

- Identificar e sinalizar todo património edificado existente na cidade e nas zonas circundantes;
- Recuperar todos roteiros (Túneis) por onde os escravos passavam até a fortaleza da Cidade da Ilha de Moçambique;
- Revitalizar os grupos culturais no sentido de resgatar todas as práticas e expressões culturais para manter a autenticidade das mesmas e promover o desenvolvimento do turismo histórico-cultural;
- Providenciar material de construção de estilo tradicional da Ilha de Moçambique como cal, macute e pedra, a serem usados no processo de restauro;
- Recuperar fornos de produção de cal existentes nos distritos circunvizinhos
- Mobilizar investimentos para reabilitação dos museus

- Recuperar e reabilitar edifícios que outrora pertenceram ao gabinete de restauro da Ilha de Moçambique com vista a servir ao actual GACIM;
- Replicar os rikshos e adquirir motociclos com vista a reduzir o engarrafamento e degradação das ruas.

3.8. Actividades Económicas

3.8.1. Agricultura

- Fomentar a produção de hortícolas em todas as épocas do ano;
- Aumentar as áreas de cultivo com a introdução da lavoura por tracção animal;
- Criar viveiros para multiplicação de estacas de mandioca, árvores de fruta e sombra;
- Garantir a segurança alimentar a população residente;
- Aumentar a assistência técnica aos camponeses e criadores de gado em toda a cadeia de produção, processamento e comercialização;
- Aproveitamento de sementes e insumos agrícolas aos camponeses;
- Estabelecer mecanismos de atendimento atempado das situações de emergência e de calamidades originadas por pragas, secas ou inundações;
- Adotar a política de reposição de cajueiros e o alargamento das áreas do cultivo do sector familiar, com vista a aumentar a produtividade.

3.8.2 Pecuária

- Assegurar o controlo das principais doenças, através da provisão de saúde animal;
- Incentivar a construção de infra-estruturas públicas de assistência veterinária;
- Prosseguir com acções de fomento pecuário, sobretudo do gado caprino envolvendo o sector familiar e privado;

3.8.3. Pesca

- Atrair investimentos para a conservação e processamento do pescado;
- Incentivar o sector privado a introduzir a prática da pesca semi-industrial, com vista a aumentar a produtividade;
- Reactivar a prática de viveiros para a reprodução do camarão;
- Desencorajar os pescadores a prática de pesca nociva, facilitando-lhes aquisição de material apropriado;
- Incentivar a criação de mais associações de pescadores e grupos de poupança, para melhorar as condições de vida das suas famílias.
- Promover a prática de aquacultura na zona insular da Ilha de Moçambique

3.8.4. Indústria

- Assegurar o aumento da produção agrícola e fruticultura na Cidade da Ilha;
- Incentivar ao sector privado a introduzir indústrias de processamentos de produtos agro-pecuários e fruticulturas;
- Atrair investimentos nacionais e estrangeiros para reactivar a indústria de processamento da castanha de caju, para incrementar o desenvolvimento sócio económico da Cidade e criar postos de emprego;
- Expandir a rede de indústrias moageiras aos bairros de Macicate, Suio, Saua-Saua, Chilapane, Sangane, Geuere e Ampite.
- Potenciar a indústria salineira para melhorar a qualidade do produto

3.8.5. Comércio

- Intensificar a comercialização agrícola e estabelecer mecanismos que garantam a reserva alimentar;
- Criar condições para a expansão da rede comercial formar para a zona continental;
- Promover os investimentos com vista a ceder créditos aos agentes económicos descapitalizados para revitalização da rede comercial sobretudo na zona continental;
- Criar mecanismos de fiscalização com vista a combater aplicação de preços exorbitantes, adulteração de balanças e venda de artigos fora do prazo

3.8.6. Transportes

- Incentivar o sector privado no estabelecimento de carreiras aéreas através do aeródromo do Lumbo para promoção do turismo;
- Melhorar as condições de segurança á navegação marítima, através do uso de meios adequados de fiscalização;
- Regular e implantar terminais dos transportadores semi-colectivos de passageiros na cidade;
- Adquirir meios de transporte para a Polícia.

3.8.7. Energia

- Dar continuidade ao processo da expansão da rede e electrificação das casas, com incidência na parte continental, abrangendo os bairros de Natemba, Ampapa, Entete, Sangane e Namalungo;
- Expandir o serviço de credilec;
- Melhorar a electrificação das vias públicas na parte insular e vila do Lumbo.

3.8.8. Estradas e Pontes

- Continuar com a reabilitação das estradas urbanas;
- Reabilitar a estrada Entete Ampapa num troço de 17km;
- Reabilitar a estrada Entete-Muchelia;
- Reabilitar a estrada Muchelia-Chilapane;
- Reabilitar a ponte de cais;
- Reconstruir a ponte sobre a estrada Entete-Ampapa.

3.8.9. Outras Infra-Estruturas

- Reabilitar e ampliar o aeródromo do Lumbo;
- Assegurar a manutenção periódica das infra-estruturas públicas, através da realização de pequenas obras;
- Construir o edifício para o funcionamento do Governo da Cidade;
- Aproveisionar infra-estruturas para o funcionamento de serviços como o turismo, o Gabinete de Conservação, os serviços de Pescas e outros;
- Reabilitar o comando Distrital da PRM, incluindo as celas.

3.9. Ordem e Segurança Pública

- Aumentar o efectivo policial;
- Reforçar o policiamento comunitário para o combate ao crime;
- Abrir posto policial em Macicate, para responder a onda da criminalidade na zona continental;

- Combater os acidentes de viação e suas consequências através de realização de acções policiais viradas para a prevenção e educação cívica;
- Criar corpo policial camarário na cidade da Ilha;
- Assegurar a protecção costeira, com vista salvaguardar as riquezas marinhas;

3.10. Monitoria e Avaliação

O grau de implementação das acções do presente plano estratégico será acompanhado e monitorado pelo Governo da cidade, com o envolvimento de todos actores de desenvolvimento, através da realização de reuniões de balanço, os relatórios trimestrais, semestrais e anuais, bem como acompanhamento *in-loc* da actividades a serem desenvolvidas.

3.11. Considerações finais

O Plano estratégico de desenvolvimento da Ilha de Moçambique, começou a ser perspectivado nos finais de 2006 e a sua efectivação teve início em Março de 2007.

De uma forma geral, este documento constitui um instrumento de trabalho do Governo e tem como objectivo orientar as acções de desenvolvimento socio-económico da Cidade.

Ao longo do processo de elaboração deste plano, principalmente na fase de diagnóstico sectorial, constatou-se que o problema de superpovoamento que a Cidade da Ilha de Moçambique e principalmente na zona insular, traz consigo consequências drásticas como, saneamento do meio, a progressiva degradação do património edificado, assim como a proliferação de doenças endémicas (a diarreia, malária e outras), dificulta o desenvolvimento socio-económico da população desta cidade.

Este documento, vem testemunhar o comprometimento que o governo tem no processo de orientação das acções de desenvolvimento, no sentido de potenciar o continente para preservar o Património Histórico e Cultural. Com esta estratégia, acredita-se que a qualidade de vida da população da Ilha de Moçambique vai melhorar, uma vez que proporcionando infra-estruturas socio-económicas no continente, a população da zona insular poderá se retirar voluntariamente das condições não adequadas em que estão sujeitas, e conseqüentemente a melhoria de saneamento do meio e redução de doenças endémicas.

No processo de implementação deste plano estratégico, a equipa técnica de Planificação da Cidade e conselho consultivo, deverá aplicar todos mecanismos de fiscalização com vista a concretização dos objectivos traçados, a serem alcançados neste plano. E para isso, coloca-se como desafios, a capacitação efectiva dos membros destes órgãos em matéria de fiscalização para além do domínio do próprio conteúdo do plano.

3.12. PROCESSO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

O Plano Distrital de Desenvolvimento que será implementado partir do ano de 2009 será avaliado com base nos instrumentos existentes, como forma de verificar o alcance dos objectivos nele preconizados.

- ✓ De entre os instrumentos podemos falar da avaliação dos indicadores de redução da pobreza absoluta

- ✓ Os Conselhos Consultivos á vários níveis, através dos debates, será apreciada e analisada a implementação e o alcance ou não dos objectivos previamente estabelecidos. A análise poderá incidir nos Planos Económicos e Orçamentos Distrital anuais que são instrumentos de operacionalização do Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento
- ✓ O Governo do Distrito na operacionalização do Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento fará os Planos Operacionais que facilitarão a análise. Estes poderão ser Trimestrais, Semestrais e Anuais, a partir deles serão feitos os respectivos balanços de progresso em Sessões Ordinárias e Extraordinárias do Governo do Distrito e Conselho Local Distrital.

Antes de avaliação final do Plano decorridos os 5 anos, será feita uma monitoria e avaliação intermédia decorridos dois anos de implementação, para se ver até que ponto o Plano está sendo implementado e se a Estratégia de Desenvolvimento ajuda a minimizar os problemas, se durante a monitoria e a avaliação notar-se a necessidade de reajustar alguma coisa. O mesmo será feito como forma de melhor alcance dos objectivos. E isso não deixa de lado as observações dos diferentes envolvidos directa e indirectamente.

IV. PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO

Para elaborar o Plano Distrital de Desenvolvimento foram percorridas 4 fases principais:

PRIMEIRA FASE:

REALIZAÇÃO DA REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DO PEDD (2004/2008)

Nesta reunião, na qual participaram todos intervenientes no processo de desenvolvimento do Distrito (conselhos consultivos locais, Governo do das Localidades, Postos e do Distrito e a sociedade civil no geral) foi feito um estudo de documentos que mostram as normas, regulam e dão orientações para a elaboração do Plano Distrital de Desenvolvimento, elaboradas pelos Ministérios da Administração Estatal e do Plano e Finanças.

Após o estudo dos documentos supra citados, o Governo do Distrito através da Equipa Técnica Distrital que é composta por panificadores dos diferentes sectores de actividade desdobrou-se as Localidades e Postos Administrativos para a colecta de informações e análise das mesmas até a elaboração do Plano Distrital. Esta actividade foi supervisionada pelo Coordenador da ETD, que é o Administrador do Distrito.

Para a elaboração do presente PEDD, a ETD, baseou-se no Perfil Sócio Económico do Distrito elaborado em 2003, como guião do PEDD anterior (2004/2008) o qual mostrava a situação sócio económica de cada Posto Administrativo e de todo Distrito no geral.

SEGUNDA FASE

ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DISTRIAL

O Governo Distrital por intermédio da Equipa Técnica Distrital fez muitas consultas aos Postos Administrativos e Localidades por meio de reuniões públicas para a recolha de informações e dados ao nível dos sectores socioeconómicos do Território.

Nas reuniões realizadas nos Postos Administrativos e Localidades as comunidades apresentaram os principais problemas e potencialidades existentes em cada parte do território. Esta informação colhida foi analisada com muito cuidado como forma de procurar definir uma Estratégia que permitirá a redução dos problemas e que ajudará o Distrito a reduzir o índice de pobreza. Para mais informações foi necessário auscultar as comunidades por meio dos Conselhos Consultivos.

Processo de Inserção do DEL

Foi constituído o Grupo de Trabalho Distrital do DEL da Ilha de Moçambique (composto por representantes de instituições públicas, empresários privados, membros de cooperativas e associações económicas e sociedade civil). Este Grupo, representa uma plataforma alargada de participação dos diversos actores no delineamento das linhas estratégicas de desenvolvimento económico local.

Uma vez constituído o GTD DEL, realizaram-se duas sessões de trabalho, uma em Junho e outra em Novembro, onde foi lançada a metodologia da inserção da abordagem DEL na planificação local, seguida dos trabalhos de diagnóstico, identificação e dimensionamento

das potencialidades locais, priorização dos vectores DEL, elaboração das cadeias de valor e harmonização no PEDD já existente.

TERCEIRA FASE:

ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E CONSULTA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E PARCEIROS NO PROCESSO.

Uma vez feita análise dos problemas e potencialidades, foi definida a Estratégia de Desenvolvimento pelo Governo Distrital e a Equipa Técnica Distrital. Terminada e aprovada a mesma foi submetida aos diferentes parceiros e Instituições ao nível do Distrito e da Província para uma harmonização e auscultação das realizações nos períodos subsequentes.

Isso permitiu ver até que ponto a Estratégia de Desenvolvimento se integra com as diferentes realizações dos parceiros e sectores do Estado, além de procurar mais fundos para a concretização do Plano Distrital de Desenvolvimento.

Depois da conclusão e harmonização da mesma com os parceiros o Governo Distrital, submeteu a Estratégia ao Conselho Consultivo Distrital com o intuito de apreciar e aprovar a mesma, no mesmo participaram os agentes económicos, Governo Distrital, chefes dos Postos Administrativos e Localidades e parceiros que operam no Distrito.

Depois da harmonização e aprovação da Estratégia pelo CCD, o passo seguinte foi o da elaboração duma matriz de acções e projectos, onde se espelha cada projecto, ano da sua execução, local de execução, custo, financiador e responsável pela execução.

QUARTA FASE:

APROVAÇÃO DO PLANO DISTRIAL DE DESENVOLVIMENTO

Nesta fase, Governo Distrital reuniu o Conselho Local Distrital na qual participaram os representantes dos Partidos Políticos, das Confissões Religiosas, Autoridade Comunitária, Agentes económicos e Organizações não Governamentais Nacionais e estrangeiras para além de outras individualidades.

Com a apreciação e aprovação do Plano Distrital de Desenvolvimento, foi o fim de uma etapa, a de elaboração do Plano Distrital que foi caracterizada por diferentes fases percorridas.

Concluída esta etapa, está aberta uma nova página e novos desafios para todos aqueles que lado a lado lutam para o desenvolvimento do Distrito.

A nova fase é a operacionalização do Plano Distrital e isso requer a procura de novos e mais parceiros para além de financiadores para as acções e projectos contidas no Plano sem financiamento garantido.

Como forma de acompanhar e monitorar o processo da implementação do Plano Distrital foi acordado que as Sessões dos Conselhos Consultivos vão tendo lugar de 6 em 6 meses ordinariamente.

ANEXOS: PILARES DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO LOCAL

Pilar 1: Enquadramento Jurídico:

Dispositivos Legais que regulam as actividades económicas

Sector	Matéria Regulada	Dispositivo Legal: (Decreto; Lei; Despacho nº)	Data de Aprovação	Entidade que aprovou	Número do BR	Data de Publicação no BR	Data de Entrada em Vigor
Geografia e Cadastro	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)	Lei nº 19/1997	31 De Julho De 1997	Assembleia da República	III Edição	01 De Outubro De 1997	01 De Outubro De 1997
	Regulamento da Lei de Terras	Decreto nº 66/1998	31 De Julho De 1997	Conselho de Ministros	III Edição	01 De Outubro De 1997	01 De Outubro De 1997
	Alteração dos artigos 20 e 39 do Regulamento da Lei de Terras	Decreto 1/2003		Conselho de Ministros	I série, nº 7	18 de Fevereiro de 2003	
	Lei de Ordenamento Territorial	Lei nº 19/ 2007 de 18 de julho	11 de abril de 2007	Assembleia da República		18 de julho de 2007	11 de julho de 2007
Florestas e Fauna Bravia	Florestas e Fauna Bravia	Lei nº 10/1999	14 De Maio De 1999	Assembleia da República	-	07 De Julho De 1999	07 De Julho De 1999
	Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia	Decreto nº 12/2002	06 De Junho De 2002	Conselho de Ministros	-	-	07 De Julho De 2002
	Emissão de licenças florestais e faunísticas	Diploma Ministerial nº 51/2003	10 de Abril de 2003	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural		14 de Maio de 2003	
	Licenciamento da actividade florestal e faunística	Diploma Ministerial nº 55/2003	10 de Abril de 2003	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural		28 de Maio de 2003	
	Mecanismos de canalização e utilização dos vinte por cento do valor das taxas, consignadas a favor das comunidades locais, cobradas ao abrigo da legislação florestal e faunística	Diploma Ministerial nº 93/ 2005 de 4 de maio	31 de março de 2005	Ministérios da agricultura, do turismo e das finanças			
Agricultura	Utilização das infra-estruturas hidro-agrícolas	Diploma Ministerial nº 33/91	28 de Junho de 1990	Ministros da Agricultura e das Finanças e Secretário de Estado da Hidráulica		24 de Abril de 1991	

				Agrícola			
Funcionamento do sistema de regadio Eduardo Mondlane (Chókwè)	Diploma Ministerial nº 58/2002	10 de Maio de 2001	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural		1 de Maio de 2001		
Constituição, reconhecimento e registo das associações e uniões agro-pecuárias	Decreto nº 2/2006	28 de Fevereiro de 2006	Conselho de Ministros		3 de Maio de 2006		
Formulários do requerimento-tipo e Estatuto-tipo para o reconhecimento das associações e uniões agro-pecuárias	Diploma Ministerial nº 155/2006	28 de Julho de 2006	Ministro da Agricultura		20 de Setembro de 2006		
Gestão de pesticidas	Decreto nº 6/2009	17 de Fevereiro de 2009	Conselho de Ministros				17 de Agosto de 2009
Prevenção e controlo da propagação de pragas	Decreto nº 5/2009	17 de Fevereiro de 2009	Conselho de Ministros				17 de Agosto de 2009
Exercício da actividade de agrimensor ajuramentado	Lei nº 16/92		Assembleia da República		14 de Outubro de 1992		
Exercício da actividade de agrimensor ajuramentado	Decreto nº 15/93		Conselho de Ministros		25 de Agosto de 1993		25 de Novembro de 1993
Requisitos para a delimitação das áreas ocupadas pelas comunidades locais e demarcação no contexto da emissão de títulos relativos ao DUAT	Diploma Ministerial nº 29-A/2000	7 de Dezembro de 1999	Ministro da Agricultura e Pescas		17 de Março de 2000		
Regime especial para a cultura do algodão	Diploma Ministerial nº 91/94	23 de Junho de 1994	Ministro da Agricultura		29 de Junho de 1994		1 de Julho de 1994
Cultura, comercialização e industrialização do algodão	Decreto nº 8/91		Conselho de Ministros		23 de Abril de 1991		
Fomento da produção do caju	Lei nº 13/99	30 de Setembro de 1999	Assembleia da República		1 de Novembro de 1999		1 de Novembro de 1999
Fomento, produção e comercialização do tabaco	Diploma Ministerial nº 176/2001	26 de Outubro de 2001	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento rural		28 de Novembro de 2001		26 de Outubro de 2001
Produção e comércio de sementes	Decreto nº 41/94		Conselho de Ministros		20 de Setembro		

	Produção, comércio, controlo de qualidade e certificação de sementes	Diploma Ministerial n° 184/2001	22 de Agosto de 2001	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural		19 de Dezembro	19 de Fevereiro de 2002
	Uso de pesticidas	Diploma Ministerial n° 153/2002	2 de Agosto de 2002	Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Saúde e para a Coordenação da Acção Ambiental		11 de Setembro de 2002	2 de Novembro de 2002
	Inspeção fitossanitária e de quarentena vegetal	Diploma Ministerial n° 134/92		Ministro da Agricultura		2 de Setembro de 1992	
	Estatuto orgânico do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Diploma Ministerial n° 161/ 2000 de 15 de novembro	8 de setembro de 2000	Conselho Nacional da Função Pública	I Série n° 46	15 de novembro de 2000	
	Regulamento da Comercialização da Castanha de Caju	Decreto n° 33/2003 de 19 de agosto		Conselho de Ministros	I Série n° 33	Agosto de 2003	
Águas	Utilização de recursos hídricos	Lei n° 16/91		Assembleia da República		3 de Agosto de 1991	
Pecuária	Identificação e Registo de Gado	Diploma Ministerial n° 218/2002	02 De Novembro De 2002	Ministério da Agricultura	I Série n° 49	05 De Dezembro De 2002	05 De Dezembro De 2002
	Sanidade animal	Decreto n° 26/2009	2 de Junho de 2009	Conselho de Ministros	I série, n° 32	17 de Agosto de 2009	17 de Fevereiro de 2010
	Registo e Marcação de Gado	Decreto n° 13/2005	04 De Maio De 2005	Conselho de Ministros	I Série n° 23	10 De Junho De 2005	10 De Junho De 2005
Pescas	Lei das Pescas	Lei n° 3/1990		Assembleia Popular	I Série n° 39	26 De Setembro De 1990	26 De Setembro De 1990
	Regulamento Geral da Pesca	Decreto n° 43/2003	28 De Outubro De 2003	Conselho de Ministros	I Série n° 50	10 De Dezembro De 2003	10 De Dezembro De 2003
	Requisitos higiénico-sanitários e de gestão de qualidade que regem as actividades de manuseamento, processamento, exportação e importação de produtos de pesca	Decreto n° 17/2001				12 de Junho de 2001	
Indústria	Licenciamento da Actividade Industrial	Decreto n° 39/2003	23 De Setembro De 2003	Conselho de Ministros	I Série n° 48	26 De Novembro De 2003	26 De Novembro De 2003

							2003
	Código da Propriedade Industrial	Decreto nº 4/2006 de 12 de abril	28 de fevereiro de 2006	Conselho de Ministros	I Série nº 15	12 de abril de 2006	28 de abril de 2006
Turismo	Regulamento das Agencia de Viagens e Turismo e Profissionais de Informação Turística	Decreto nº 41/2005 de 30 de agosto					
	Turismo	Lei nº 04/2004	14 de Abril de 2004	Assembleia da República	I série, nº 24	17 de Junho de 2004	17 de Setembro de 2004
	Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas e Salas de Dança	Decreto nº 18/2007 de 7 de agosto	15 De Maio De 2007	Conselho de Ministros	I Série nº 31	07 De Agosto DE 2007	07 De Agosto De 2007
	Animação Turística	Decreto nº 40/2007	07 De Agosto De 2007	Conselho de Ministros	I Série nº 34	24 De Agosto De 2007	24 De Agosto De 2007
	Transporte Turístico	Decreto nº 41/2007	07 De Agosto De 2007	Conselho de Ministros	I Série nº 34	24 De Agosto De 2007	24 De Agosto De 2007
	Regulamento do Direito de Habitação Periódica	Decreto nº 39/2007 de 24 de agosto					
	Regulamento da Pesca Desportiva e Recreativa	Decreto nº 51/99 de 31 de agosto					
	Direito de habitação periódica	Decreto nº 39/2007	7 de Agosto de 2007	Conselho de Ministros	I série, nº 34	24 de Agosto de 2007	24 de Novembro de 2007
	Consignação das receitas cobradas nos parques e reservas nacionais	Decreto nº 15/2009	31 de Março de 2009	Conselho de Ministros	I série, nº 14	14 de Abril de 2009	14 de Abril de 2009
	Declaração de zonas de interesse para o turismo	Decreto nº 77/2009 de 15 de Dezembro					
Comércio	Licenciamento da Actividade Comercial	Decreto nº 49/2004	14 De Setembro De 2004	Conselho de Ministros	I Série nº 46	17 De Novembro De 2004	17 De Novembro De 2004
		Decreto-Lei nº 2/2005				27 de Dezembro de 2005	
Agricultura, comércio, prestação de serviços,	Licenciamento simplificado de actividades económicas	Decreto nº 2/2008		Conselho de Ministros		12 de Março de 2008	
	Requisitos higiénico-sanitários	Decreto 15/2006	25 de Abril de 2006	Conselho de Ministros	I série, nº 25	22 de Junho de 2006	22 de Dezembro

construção, desporto, indústria, transportes e comunicações, e turismo.	de produção, transporte, comercialização e inspecção e fiscalização de géneros alimentícios						o de 2006
Educação	Currículo Local	Diploma Ministerial____/2005____/____ _ atinente às Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias para o ano lectivo de 2006 na sua Página 43					
Banca	Micro-finanças	Decreto nº 57/2004				10 de Dezembro de 2004	
Minas	Termos de exercício dos direitos e deveres relativos ao uso e aproveitamento de recursos minerais com respeito pelo meio ambiente	Lei nº 14/2002	18 de Abril de 2002	Assembleia da República	?	26 de Junho de 2002	16 de Dezembro de 2002
	Termos de exercício dos direitos e deveres relativos ao uso e aproveitamento de recursos minerais com respeito pelo meio ambiente	Decreto nº 62/2006		Conselho de Ministros		26 de Dezembro de 2006	26 de Dezembro de 2006
	Uso e aproveitamento dos recursos minerais com observância dos padrões de qualidade ambiental	Decreto nº 26/2004	30 de Junho de 2004	Conselho de Ministros	?	20 de Agosto de 2004	?
	Comercialização de produtos minerais	Decreto nº 16/2005		Conselho de Ministros		24 de Junho de 2005	
	Normas básicas de gestão ambiental para a actividade mineira	Diploma ministerial nº189/2006	30 de Novembro de 2005	Ministros dos Recursos Minerais, Coordenação da Acção Ambiental e Obras Públicas e Habitação		14 de Dezembro de 2006	
	Segurança técnica e de saúde nas actividades geológico-mineiras	Decreto nº 61/2006	7 de Novembro de 2006	Conselho de Ministros		26 de Dezembro de 2006	26 de Dezembro de 2006
	Normas e	Diploma	20 de	Ministra dos		11 de Julho	20 de

	procedimentos para a inscrição de técnicos elegíveis à elaboração de relatórios de prospecção e pesquisa e programas de trabalho em projectos minerais	ministerial nº 92/2007	Junho de 2007	Recursos Minerais		de 2007	Junho de 2007
Tributação		Decreto nº 21/2002				30 de Julho de 2002	
	Código de IRPS	Decreto nº 20/2002				30 de Julho de 2002	
	Código de IVA	Decreto nº 51/1998				29 de Setembro de 1998	
	Código dos benefícios fiscais	Decreto nº 16/2002				27 de Junho de 2001	
	Actualização da legislação tributária relativa à actividade mineira	Lei nº 11/2007	10 de Maio de 2007	Assembleia da República		27 de Junho de 2007	27 de Junho de 2007
	Regime dos incentivos fiscais das áreas mineiras e petrolíferas	Lei 13/2007	10 de Maio de 2007	Assembleia da República		27 de Junho de 2007	27 de Junho de 2007
Ambiente	Ordenamento territorial	Lei nº 19/2007	11 de Maio de 2007	Assembleia da República		18 de Julho de 2007	18 de Outubro de 2007
	Regulamento da Lei de ordenamento territorial	Decreto nº 23/2008		Conselho de Ministros		1 de Julho de 2004	
	Gestão do ambiente e seus componentes	Lei nº 20/1997	31 de Julho de 1997	Assembleia da República	I série, nº 40	1 de Outubro de 1997	1 de Dezembro de 1997
	Processo de avaliação do impacto ambiental	Decreto nº 45/2004	24 de Agosto de 2004	Conselho de Ministros	I série, nº 39	29 de Setembro de 2004	
	Gestao de substancias que destroiem a camada de ozono	Decreto nº 24/2008	13 de Maio de 2008	Conselho de Ministros	I série, nº 26	01 de Julho de 2008	1 de Outubro de 2008
Energia	Produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica	Lei nº 21/97	31 de Julho de 1997	Assembleia da República	I série, nº 40	1 de Outubro de 1997	1 de Novembro de 1997
	Importação, distribuição, comercialização e fixação dos preços de produtos petrolíferos	Decreto nº 63/2006	7 de Novembro de 2006	Conselho de Ministros	I série, nº 51	26 de Dezembro de 2006	26 de Dezembro de 2006
	Concessões de licenças para o estabelecimento e	Decreto 48/2007	28 de Agosto de 2007	Conselho de Ministros	I série, nº 42	22 de Outubro de 2007	

	exploração de instalações eléctricas						
o	Regime de Licenciamento de Obras Particulares	Decreto nº 2/2004 de 31 de março	16 de Março de 2004	Conselho de Ministros	I Série nº 13	31 de março de 2004	
	Edificações Urbanas	Diploma n 1976/1960	10 de Maio de 1960	Governador Geral de Moçambique			
Investimentos	Realização de investimentos nacionais e estrangeiros	Lei nº 3/93		Assembleia da República		24 de Julho de 1993	
Instituições do Governo	Estatuto Orgânico do Serviço Distrital de Actividades Económicas	Diploma Ministerial nº /2008	Junho de 2008	Ministério da Administração Estatal e Ministério das Finanças			Junho de 2008
	Estatuto Orgânico do Governo Distrital	Decreto nº 6/2006 de 12 de abril	28 de fevereiro de 2006	Conselho de Ministros		12 de abril de 2006	
	Regulamento das Locais do Estado	Decreto nº 11/2005 de 10 de junho	5 de abril de 2005	Conselho de Ministros	I Série nº 23 2º suplemento	10 de junho de 2005	
	Princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos orgaos locais do Estado	Lei nº 8/ 2003 de 19 de maio		Assembleia da República	I Série nº 20 suplemento	19 de maio de 2003	
Serviços ao Estado	Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado	Decreto nº 54/2005 de 13 de dezembro	13 de dezembro de 2005	Conselho de Ministros	I Série nº 49	13 de Dezembro de 2005	3 de março de 2005
		Decreto nº15/2010 de 20 de Abril	20 de Abril de 2010	Conselho de Ministros	I Série nº 20	24 de Maio de 2010	24 de Agosto de 2010

Pilar 2: Financiamento:

Nome da Instituição Financeira	Tipo de Instituição	Tipo de serviços que oferece	Sector (es) que financia	Taxas de Juro	Área Geográfica de Actuação	Condições de acesso ao financiamento
IRAM	Microfinanças	Crédito				Individual ou grupos solidário

Pilar 3: Assistência Técnica e Capacitação:

Instituições	Ambito de Assistência Técnica e/Capacitação
SDAE	EXTENSÃO RURAL (Divulgação e treinamento para uso de pacotes tecnológicos).
IIAM – Centro Zonal Nordeste	Produção, multiplicação de fruteiras e seu tratamento
Programa Vilas de Milénio - Lumbo	Treinamentos em: corte e costura, informática e incubar os empreendedores emergentes, sobretudo mulheres.
Escola Politécnica	Ensino de Cursos de nível básico de Hotelaria e Turismo
IDPPE	Assistência técnica para uso de técnicas adequadas na captura, conservação e venda de pescado
ABIODES	Assistência Fitossanitária Distribuição de mudas nas comunidades Produção de mudas de fruteiras diversas
ADELNA	Assistência técnica para capacitações em planos de pequenos negócios

Pilar 4: Infraestrutura de Serviços à Produção e Comercialização:

Infra-estruturas:	Capacidade	Estado de Funcionamento	Localidades beneficiadas
Mercados formais Camaras frigorificas para conservação			Nenhuma
Armazém do IDPPE			1 na Sede
Sem informação			

Pilar 5: Mercados Internos e Externos (Marketing Territorial):

Potencialidades (Vectores DEL)	Mercado Actuais		Potenciais novos mercados		Acções de Promoção
	Internos	Externos	Internos	Externos	
Pescado	Província Nampula	Província de Niassa			
Sal	Província de Nampula	Malawi			
Turismo	Moçambique	Além fronteira			

Indicar as razões que fariam com que este Distrito fosse opção preferencial para o investimento

No	Razões
1.	Património Mundial da Humanidade
2.	Maiores paisagens turísticas e uma praia atraente
3.	Local histórico para povo moçambicano

Pilar 6: Sistemas de Informação:

O pilar dos **Sistemas de Informação** visa reduzir a dispersão e ajudar a sistematização das informações relevantes sobre Desenvolvimento Económico Local no distrito. Para esse efeito, as informações deverão estar compactadas num único dispositivo de registo (arquivo físico ou electrónico) que possa ser imediatamente oferecido ou disponibilizado para consulta aos interessados.

Sempre que solicitadas, as informações aqui referidas deverão ser abertas e isentas de quaisquer espécies de restrições.



Pilar 7: Educação para o Desenvolvimento:

Inovações Tecnológicas existentes no Distrito:

Tipo de inovação	Nome do inovador	Sector onde se insere a inovação	Ano de registo da inovação
Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação

Conteúdo de Currículo Local	Local (Escola)
Origem dos nomes:	Sem informação
Nascentes:	Sem informação
Jogos Tradicionais:...	Todas as escolas do Distrito
Danças Tradicionais: Makwaela.	Praticamente todas as escolas do Distrito, dependendo do estilo da dança
	Todas as escolas
Água Potável	Todas as escolas
As queimadas	Todas as escolas
A mandioca	Todas as escolas
A vaca	Todas as escolas
A galinha	Todas as escolas
O coqueiro	Todas as escolas
Sarna	Todas as escolas

Sarampo	Todas as escolas
Elefantíase	Todas as escolas
Artesanato	Sem informação



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVINCIA DE NAMPULA
GOVERNO DO DISTRITO DE ILHA DE MOÇAMBIQUE**

**Apoio da: Direcção Provincial do Plano e Finanças, através do PROGRAMA DE APOIO AO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL
ART – PAPDEL**

e

- **Agência de Desenvolvimento Económico Local de Nampula**



ADELNA

Em parceria com:

